

RELATÓRIO DA
PESQUISA

PERCEPÇÃO DE

INSEGURANÇA

DA POPULAÇÃO NA CIDADE
DE RIO BRANCO – ACRE
ENTRE 2019 E 2022

 **MPAC**
Ministério Público do Estado do Acre

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
ESPECIALIZADA DE TUTELA DO DIREITO
DIFUSO À SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPAC

Danilo Lovisaro do Nascimento
Procurador-Geral de Justiça do Acre

Álvaro Luiz Araújo Pereira
Corregedor-Geral

Flávio Augusto Siqueira de Oliveira
Subcorregedor-Geral

Rita de Cássia Nogueira Lima
Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos e Institucionais

Celso Jerônimo de Souza
Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos

Ubirajara Braga de Albuquerque
Ouvidor-Geral

Glaucio Ney Shiroma Oshiro
Secretário-Geral

Marcela Cristina Ozório
Secretária de Planejamento Institucional e Inovação

Colégio de Procuradores
Danilo Lovisaro do Nascimento (presidente)

Ubirajara Braga de Albuquerque
Patrícia de Amorim Rêgo
Cosmo Lima de Souza

Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Flávio Augusto Siqueira de Oliveira
Sammy Barbosa Lopes

Carlos Roberto da Silva Maia
Kátia Rejane de Araújo Rodrigues
Álvaro Luiz Araújo Pereira

Gilcely Evangelista de Araújo Souza
Celso Jerônimo de Souza
Rita de Cássia Nogueira Lima

Alessandra Garcia Marques
Getúlio Barbosa de Andrade
Francisco José Maia Guedes
Meri Cristina Amaral Gonçalves

Promotoria de Justiça Especializada de Tutela do Direito Difuso à Segurança Pública

Rodrigo Curti,
Promotor de Justiça.

Equipe técnica
Coordenação da Pesquisa de Campo:
Me. Fabiana Lima Agapejev de Andrade
(Ex-Assessora Jurídica da PESP e Técnica do TJRO)

Assessoria

Beatriz Serafim da Silva
Assistente Operacional

Fernanda Pedrozo Lopes Pinto
Analista Ministerial

João Victor Silva de Souza
Assessor Jurídico

Natália Danielle de Souza
Analista Ministerial

Projeto Gráfico
Deniken Lopes

Diagramação
Robson Silva

Jornalista Responsável
Kelly Souza - MTB 328/AC

Revisão Ortográfica e Gramatical
Natália Oliveira Jung
Assessora Ministerial do MPAC (PGJ)

Consultoria e responsável pelo relatório final
Josineide Aquino da Silva Amaral
Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio UNIOESTE
Mestre em Desenvolvimento Regional - UFAC
Economista - UFAC

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar a percepção de (in)segurança e os determinantes da vitimização da população em Rio Branco – Acre no período de 2019 a 2022. Para alcançar o objetivo foram aplicados 385 questionários. A análise descritiva evidenciou que as pessoas têm medo de serem roubadas/furtadas, sair à noite e de facções. Não se sentem seguras em Rio Branco, confiam nas instituições de segurança, no Ministério Público, na Defensoria Pública e no Tribunal de Justiça. Os dados socioeconômicos mostraram que em sua maioria são negras, solteiras, a renda familiar está entre um e dois salários mínimos e moram em bairros menos desenvolvidos. Os resultados dos modelos econométricos mostraram que para a percepção de (in)segurança quatro variáveis foram significativas: confiança na Polícia Civil e no Ministério Público aumentam a probabilidade de se sentir seguro em Rio Branco; e uso de arma de fogo por policiais em locais de festa e o gênero reduzem a percepção de segurança. Para a vitimização, outras quatro variáveis foram significativas: a confiança na Polícia Militar, o gênero e a idade reduzem a probabilidade de a pessoa ser vítima de algum crime em Rio Branco, já o local onde mora aumenta a probabilidade de ser vítima.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 6 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA | 10 |
| 2.1 Estudos sobre a criminalidade | 10 |
| 2.2 Criminalidade no Acre | 14 |
| 3. METODOLOGIA | 16 |
| 3.1 Tipologia da pesquisa | 16 |
| 3.2 Instrumento de coleta dos dados..... | 16 |
| 3.2.1 Amostra | 16 |
| 3.3 Tratamento e análise de dados | 17 |
| 3.3.1 Análise qualitativa | 17 |
| 3.3.2 Análise quantitativa: modelo econométrico | 17 |
| 3.3.2.1 Modelo de regressão logística..... | 18 |
| 3.3.2.2 Variável dependente | 21 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES | 22 |
| 4.1 Análise descritiva da pesquisa | 22 |
| 4.1.1 Características socioeconômicas da população pesquisada | 22 |
| 4.1.2 Percepção de segurança da população | 28 |
| 4.1.3 Vitimização e subnotificação dos crimes em Rio Branco..... | 38 |
| 4.1.4 Violência na pandemia | 42 |
| 4.2 Análise econométrica dos dados..... | 44 |
| 4.2.1 Modelo Logit para a percepção de segurança em Rio Branco | 45 |
| 4.2.2 Modelo Logit para a vitimização em Rio Branco..... | 49 |
| 4.2.2.1 Propensão e vulnerabilidade em ser vítima de crime | 53 |
| CONCLUSÃO | 56 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Raça/cor da população entrevistada (2023)..... | 22 |
| Figura 2 – Idade da população entrevistada (2023) | 23 |
| Figura 3 – Renda familiar das pessoas entrevistadas (2023) | 24 |
| Figura 4 – Escolaridade das pessoas entrevistadas em Rio Branco (2023)..... | 25 |
| Figura 5 – profissões das pessoas entrevistadas (2023)..... | 25 |
| Figura 6 – Regional de residência das pessoas pesquisadas (2023)..... | 27 |
| Figura 7 – Número de moradores na residência | 28 |
| Fonte: resultados da pesquisa (2023)..... | 28 |
| Figura 8 – Maiores medos da população em Rio Branco | 29 |
| Figura 9 – Nível de satisfação da população com a Segurança Pública | |

| | |
|--|----|
| Figura 10 – Percepção de segurança dos entrevistados em Rio Branco..... | 32 |
| Figura 11 – Nível de confiança da população nas Polícias Civil, Militar e Federal..... | 33 |
| Figura 12 – Nível de confiança da população no MPAC e DPAC..... | 35 |
| Figura 13 – Nível de confiança da população TJAC | 36 |
| Figura 14 – Percepção de confiança no Corpo de Bombeiros | 37 |
| Figura 15 – Vitimização e denúncia dos crimes em Rio Branco | 38 |
| Figura 16 – Tipificação dos crimes | 39 |
| Figura 17 – Locais de ocorrência dos crimes em Rio Branco | 40 |
| Figura 18 – Ações do Estado para reduzir a criminalidade em Rio Branco | 41 |
| Figura 19 – Percepção da criminalidade na pandemia em Rio Branco (2023) ... | 43 |
| Figura 20 – Violência doméstica contra a mulher | 44 |
| Figura 21 – Efeitos marginais das variáveis do modelo Logit para a percepção de segurança em Rio Branco – 2023..... | 48 |
| Figura 22 – Perfil de maior e menor percepção de segurança em Rio Branco ... | 49 |
| Figura 23 – Efeitos marginais das variáveis do modelo Logit da vitimização em Rio Branco – 2023 | 52 |
| Figura 24 – Perfis com maior e menor vulnerabilidade de vitimização em Rio Branco | 54 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Modelo <i>Logit</i> para a determinação da (in)segurança em Rio Branco | 47 |
| Tabela 2 – Teste de Andrews e Hosmer-Lemeshow do modelo <i>Logit</i> para a determinação da sensação de segurança..... | 48 |
| Tabela 3 – Modelo <i>Logit</i> para a determinação da vitimização em Rio Branco ... | 51 |
| Tabela 4 - Teste de Andrews e Hosmer-Lemeshow do modelo <i>Logit</i> para a determinação de vitimização em Rio Branco | 52 |
| Tabela 5 – Propensão à vitimização <i>versus</i> Gênero e confiança na Polícia Militar em Rio Branco – Acre..... | 54 |
| Tabela 6 - Propensão à vitimização <i>versus</i> Gênero e confiança na Polícia Militar em Rio Branco – Acre..... | 55 |



INTRODUÇÃO

As instituições têm um papel importante na sociedade, sendo viabilizadoras da convivência coletiva (North, 1991). Regras e condutas sociais são inseridas na sociedade por meio delas, buscando a convivência pacífica e harmoniosa entre os indivíduos em um regime democrático.

O nível de confiança nas instituições varia de acordo com fatores socioeconômicos como gênero, faixa etária, escolaridade e renda. Também é afetado pela fonte de informação acessada pela população. Caso busque informação na televisão e por parentes o nível de confiança nas instituições em geral diminui. Se a fonte de informação for jornais impressos reduz a confiança no Judiciário e na Polícia (SILVA; CAMINHA, 2012).

No âmbito da segurança pública, e conseqüentemente na esfera criminal, o enfrentamento da violência e da criminalidade pelos atores do sistema de justiça penal tem se mostrado, muitas vezes, alheio ao “conhecimento e ao diagnóstico do real problema a ser enfrentado, e, por conseqüência, sem qualquer base ou critérios para fins de alcance e aferição de resultados” (SOUZA, 2014 *apud* MPSC, 2016, p. 3).

O próprio Ministério Público tem se restringido a uma atuação pautada pelo fluxo de inquéritos policiais e de processos encaminhados pelas Varas Criminais. Ou seja, tem se limitado à mera decisão de propor ou não a ação penal, cujas balizas e limites são fixados exclusivamente pela Polícia Civil.

Em função desse cenário, o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), através da Promotoria de Justiça Especializada de Tutela do Direito Difuso à Segurança Pública (PESP) assume a tarefa de alterar essa lógica de atuação. Para tanto, parte-se do pressuposto de que não há mais espaço na sociedade contemporânea para um Ministério Público resignado a uma atuação exclusivamente reativa. Ao contrário disso, é dado o momento de o MPAC assumir o protagonismo de articulador de medidas que possam interferir no fenômeno da violência e da criminalidade.

Para isso, deve ele adotar uma nova postura institucional, incorporando um novo paradigma no exercício de sua atividade no âmbito criminal. Trata-se de uma proposta de reestruturação do Ministério Público em sua atuação na esfera criminal, fruto de uma vontade institucional, no sentido da construção de uma Instituição reflexiva, proativa e resolutiva; que assume uma identidade proativa específica; que em sua atividade mais tradicional, a área criminal, reúna como atributos indispensáveis o dinamismo, a intersetorialidade, a relação interna dialogal, o planejamento e a gestão de resultados.

Esse redimensionamento de atribuições propõe uma atuação criminal do Ministério Público orientada por estratégias proativas de tutela difusa da segurança pública. Para isso, a tutela difusa da segurança pública, como instrumento de atuação no âmbito criminal pelo Ministério Público, exige um trato interdisciplinar das causas da criminalidade, de modo a lhe permitir a identificação de políticas públicas que lhe ofereçam mecanismos de prevenção do crime e da violência (MPSC, 2016).

Orientados por esse objetivo e comprometidos com a busca de resultados que proporcionem um referencial mínimo de efetividade contra a criminalidade, da violência e da sensação de insegurança, entendemos necessário que sejam observadas, inicialmente, algumas premissas:

- i) as políticas de segurança pública devem se orientar por uma base de dados para a produção de um diagnóstico correto a respeito da natureza e da dimensão da criminalidade a ser enfrentada;
- ii) a opção por uma estratégia de prevenção da criminalidade e da violência deve constituir a racionalidade dos programas de segurança pública;
- iii) as iniciativas em segurança pública devem necessariamente trabalhar a partir de uma rede de atores sociais (públicos, privados e até mesmo os próprios cidadãos); e
- iv) a necessidade de se romper com um modelo reativo para uma nova forma de se conceber o próprio papel dos órgãos de segurança pública, no sentido da afirmação de estratégias preventivas.

- v) A partir dessas premissas, o primeiro passo a ser dado é priorizar o emprego de um sistema de gerenciamento inteligente de dados e informações sobre as mais diversas formas de violência e de criminalidade, permitindo, a partir do conhecimento aprimorado de suas causas, a identificação de políticas de segurança pública como medidas alternativas ao enfrentamento penal do cenário crescente de práticas criminosas.
- vi) Este é um antigo anseio do Ministério Público: o domínio do conhecimento acerca do fenômeno criminal e a possibilidade de traçar estratégias próprias de enfrentamento do crime.
- vii) Para isso, pretende-se inserir como primeiro passo desse processo a elaboração de uma pesquisa de opinião pública, ferramenta que tem como objetivo ouvir um grupo de pessoas para desenvolver ações mais direcionadas.
- viii) Com a implementação desta estratégia, a partir de um olhar sobre a segurança pública numa perspectiva de tutela coletiva, o Ministério Público estará preparado para intervir de forma planejada no fenômeno criminal e assumir a responsabilidade de promover a mediação entre os órgãos estatais, a sociedade civil e, quando for o caso, a iniciativa privada, no sentido de alcançar a mudança ou o aprimoramento das políticas públicas destinadas à segurança pública.
- ix) Mas, para isso é preciso que o Promotor de Justiça, ao assumir estas atribuições (tutela difusa da segurança pública), incorpore uma postura proativa, deflagrando processos de trabalho, reunindo capital humano e recursos organizacionais.
- x) A criminalidade traz consequências negativas para toda a população, tanto no âmbito pessoal como no financeiro. Lugares com alto índice de criminalidade reduz os investimentos, impedindo o desenvolvimento do local. As pessoas vivem numa cultura do medo, recorrendo a diversas formas de se proteger do crime.

Segundo Pastana (2003), a cultura do medo é uma espécie de mudança no comportamento do indivíduo em casa e na rua, um cuidado maior com os bens, a produção e o consumo dos mais variados produtos de segurança privada (alarmes, vidros blindados, aulas de defesa social), uma desconfiança generalizada entre os indivíduos.

A sensação de insegurança e medo produz comportamentos diferentes dependendo da classe social do indivíduo. Pessoas com mais recursos tendem a abandonar espaços públicos e buscar lugares mais fechados, como condomínios. Já a pessoa de classe mais baixa também abandona o espaço público, muitas vezes se aprisionando em sua moradia, saindo apenas para o trabalho e para o compromisso religioso. A insegurança reduz a qualidade de vida das pessoas.

A partir desse contexto, as principais perguntas que se quer responder são as seguintes: a população de Rio Branco se sente (in)segura? Por quê? Para responder a essas perguntas, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção de (in)segurança da população de Rio Branco no período de 2020 a 2022. O segundo objetivo é analisar os determinantes da vitimização em Rio Branco.

A pesquisa está organizada da seguinte forma: a introdução que traz uma visão geral do problema abordado e o objetivo da pesquisa. Posteriormente, uma revisão de literatura sobre a questão da criminalidade no Brasil e no Acre. Na etapa da metodologia, é apresentado como a pesquisa foi realizada, os métodos aplicados para obtenção dos resultados e, por fim, as discussões que mostram os principais resultados da pesquisa por meio das análises descritiva e econométrica. Para finalizar, as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Estudos sobre a criminalidade

A insegurança pública é uma realidade na vida dos brasileiros que sofrem diariamente com a violência. As pessoas estão cada vez mais preocupadas com a criminalidade, que cresce a cada dia no país. O número crescente da violência no Brasil traz uma sensação de insegurança à população e, na maioria das vezes, uma omissão por parte do Estado na resolução desse problema por meio de políticas de segurança. Este tópico traz algumas literaturas que estudam a questão da segurança e criminalidade.

A criminalidade é algo que corrói a confiança e propaga o medo na sociedade. O crime tem se especializado, ao longo do tempo são vistos cada vez mais roubos e furtos a bancos que mais parecem cenas de filmes, mas infelizmente são uma trágica realidade das cidades brasileiras. Além dos grandes crimes, a população sofre com os roubos e furtos em bairros e no centro das cidades, sendo a maioria das vítimas idosos e mulheres. Em meio a tudo isso, há o tráfico de drogas, que pode ser considerado o maior problema para a sociedade e para o Estado devido a formação de facções criminosas (SOARES, 2006).

Ainda segundo Soares (2006), dois fatores contribuem para a permanência da criminalidade: a fragmentação e a ineficiência do sistema institucional de segurança pública; e o empreendedorismo do tráfico de armas e drogas que se aproveita da precariedade e vulnerabilidade dos jovens brasileiros. Por outro lado, as políticas de prevenção ainda são tópicas e fragmentadas, é necessária uma reforma institucional e legal, e as causas da violência devem ser atacadas imediatamente para que o futuro não seja sombrio.

Cardoso *et al.* (2013) analisaram as condicionantes individuais que influenciam a percepção dos brasileiros sobre sua sensação de segurança no domicílio, no bairro e na cidade. Para obtenção dos resultados os pesquisadores utilizaram os dados do PNAD que

englobava o tema de vitimização. Os dados foram analisados por meio de uma regressão logística binária. Os resultados mostraram que os fatores gênero, raça, renda e escolaridade apresentaram os maiores índices de segurança no domicílio e bairro. No entanto, no fator bairro, a renda tem um efeito negativo. Ter uma renda mais favorável diminui a sensação de segurança dos indivíduos. Se a pessoa for negra e de baixa escolaridade a sensação de segurança diminui quando essas pessoas passam a circular pelos espaços públicos.

Santos e Scorzafave (2014) analisaram a questão do sub-registro de crimes na cidade de São Paulo com dados de 2003 e 2008. Trouxeram como inovação a introdução de um modelo metodológico de *Probit Bivariado*, com inclusão dos fatores riqueza do indivíduo, avaliada por seus gastos, e a confiança da vítima na polícia, representada pela frequência de vitimização nos últimos cinco anos, que podem interferir na decisão de reportar um crime às autoridades. Os resultados mostraram que, quanto maior for a riqueza do indivíduo, maior será a probabilidade de realizar o registro do crime. Também mostrou que os crimes violentos tendem a ter maiores registros, e que a repetição de um crime (econômico) diminui as chances de ser reportado às autoridades policiais.

Para Costa (2014) o problema da segurança pública não diz respeito apenas à criminalidade, mas também a outros fatores como: políticos, sociais, econômicos, éticos, culturais, administrativos e históricos. Para ele a responsabilidade pela implantação de políticas públicas cabe a toda sociedade em conjunto com o Estado de forma permanente, preventiva, organizada e com astúcia.

Moreira (2017) estimou e analisou a taxa de sub-registro dos crimes econômicos em Minas Gerais, usando a Análise de Fronteira Estocástica. Também verificou a existência do custo moral sobre o risco de vitimização dos crimes contra a propriedade por meio de um modelo *Probit*. Os resultados mostraram que o sub-registro médio para os crimes de roubo foi de 32,7%, isso afeta as estatísticas oficiais e as políticas que são formuladas com base nestas estatísticas, porque os indivíduos levam em consideração o custo-benefício na decisão de denunciar um crime à polícia. Pessoas com maior capital social colaboram mais no combate ao crime. Já do ponto de vista do crime,

peças com maior nível de capital social têm menor probabilidade de entrar no crime, pois o custo moral da prática criminosa é mais elevado.

Para a economia do crime, as pessoas entram no crime respondendo a incentivos econômicos e sociais. Se o custo de entrar na criminalidade for menor que o benefício esperado, o indivíduo vai cometer o crime (BECKER, 1968). Assim, se a pessoa tem escolaridade mais elevada, um bom emprego, uma família estruturada e vive em um ambiente social em que as pessoas também possuem o mesmo perfil, o custo de cometer um crime é maior. Do outro lado, está a vítima do crime. Para o Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP) (2017), grande parte das vítimas de roubo e furto não comunicam o crime à autoridade policial, apenas 69% das vítimas de furto de carro e 89% das vítimas de roubo de carro denunciam o incidente à autoridade policial. Com isso, existe uma subnotificação desse tipo de crime em cerca de 30% e 10%, respectivamente.

De acordo com Ipea (2018), a criminalidade nasce de um processo de desigualdade social e econômica em que pese as circunstâncias que envolvem não apenas o sistema de justiça criminal e as características individuais, mas também inúmeras dimensões que se iniciam com o inadequado processo de estímulo, educação, orientação e supervisão de crianças e jovens, considerando também a falta de oportunidade de acesso a certos bens econômicos e simbólicos. Dentro desse contexto, os argumentos do Ipea são corroborados com alguns pesquisadores que estudaram o comportamento do indivíduo em relação ao crime. Tais estudos mostram as teorias sociológicas da criminalidade, que explicam como os indivíduos tomam a decisão de entrar no crime devido às relações sociais em que vivem (MERTON, 1938; AGNEW; WHITE, 1992; AGNEW, 1992, 2001; SUTHERLAND, 1992, 2014, MATSUEDA, 1982, 1988, 1992, 2006; FERRAZ, 2015).

Ainda segundo o Ipea (2018), as políticas públicas devem focar em sete fatores para que possam ser efetivas: 1) o comprometimento do político principal, seja ele prefeito, governador ou presidente, com a vida das pessoas; 2) esse líder deve mobilizar e articular todas as forças e atores sociais para que a paz possa ser alcançada; 3) a gestão da segurança pública deve ter como base o método científico

e as evidências empíricas; 4) controle e retirada das armas de fogo e munições de circulação; 5) disseminação de espaços de mediação de conflitos; 6) mudança do modelo de polícia, de uma abordagem meramente reativa, para um modelo de repressão qualitativa; 7) a política de prevenção social deve ser estruturada, focalizando nos territórios mais inflamados e nas crianças e jovens, para que eles possam ter um desenvolvimento sadio na primeira infância, com acesso à boa educação e oportunidades no mercado de trabalho.

A grande batalha do Brasil contra a violência e o crime organizado começa a ficar mais difícil com a criação das facções criminosas, principalmente dentro dos presídios. O FBSP (2018) mostra o mapa das facções criminosas que surgiram dentro dos presídios em cada estado. De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2018) os estados com maior número de facções são: Rio Grande do Sul (13), Bahia (9), Pará (7) e Santa Catarina (6). A guerra entre essas facções pelo controle de tráfico de drogas e domínio de territórios tem aumentado a violência e os homicídios. As maiores vítimas dessa disputa são os próprios faccionados. O perfil dessas pessoas é de jovens entre 15 e 29 anos, com ensino fundamental incompleto, negros e que vivem em um ambiente dominado pelo tráfico.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publica anualmente, por meio do Atlas da Violência, dados referentes à violência no Brasil. Para Ipea (2021) o número de homicídios no Brasil entre 2018 e 2019 caiu 22,1%, porém a taxa ainda é considerada alta, visto que mais 45 mil pessoas perderam a vida de forma violenta. Os dados mostram que 21,7 pessoas a cada 100 mil foram mortas nesse período. O Atlas da Violência mostra a taxa de homicídio para cada estado da federação. As maiores vítimas também são homens jovens entre 15 e 29 anos, negros, com ensino fundamental incompleto (IPEA, 2021).

A vitimização e a percepção de segurança foram estudadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua (PNAD). A pesquisa analisou a ocorrência de roubos e furtos em cinco tipos: carro, moto, bicicleta, domicílio ou fora do domicílio. Segundo

os dados, estimou-se que 342 mil veículos tinham sido furtados e 222 mil roubados em 2021. No entanto, apenas 189 mil boletins de furto e 142 mil de roubos de veículos foram registrados no país no ano em análise, apontando uma subnotificação desse tipo de crime à polícia. A subnotificação dos crimes de furto é maior, isso ocorre porque a vítima não tem prova. Já para o crime de roubo, em que ocorre o uso de violência e grave ameaça, as pessoas tendem a ter maior probabilidade de denunciar o caso à polícia. A maioria das pessoas que não denunciaram o caso, disseram que não o fizeram por não acreditar na polícia.

Ainda segundo a pesquisa do IBGE (2022), quase 1,8 milhão de pessoas foram vítimas de algum tipo de roubo. Esse tipo de crime impacta a sensação de segurança da população. Com isso, 71,6% das pessoas que não sofreram com roubo se sentem seguras ao andarem sozinhas na vizinhança contra 37,6% daquelas que foram vítimas desse tipo de crime. A pesquisa mostrou também que os homens se sentem mais seguros que as mulheres ao andarem sozinhos.

2.2 Criminalidade no Acre

O Estado do Acre, localizado na Amazônia Sul-Occidental, tendo suas fronteiras com dois países, Bolívia e Peru, a exemplo do resto do Brasil, sofre com a violência. A população acreana convive desde 2013 com altos índices de homicídios ligados à guerra entre as facções.

Os números negativos do Acre em relação ao tráfico de drogas vêm crescendo nos últimos anos. Segundo Acre (2017) o tráfico de entorpecentes aumentou no território acreano, passando a ser considerado uma rota para os traficantes. Com o aumento do tráfico, também subiram os homicídios, entre 2004 e 2015, houve um incremento de 35,7% relacionados ao tráfico e 23,8% por motivos fúteis. A população considera o homicídio o crime que causa maior sensação de insegurança. Além dos crimes violentos, a população acreana convive diariamente com roubos e furtos, que também são motivos de preocupação, pois neste caso ocorre a perda financeira.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2018), os números de mortes violentas aumentaram nos anos de 2014 e 2015, com 24,7 e 27,5 mortes por cem mil habitantes ficando abaixo da média nacional. Já em 2016, a taxa de homicídios chegou a 43,3, representando um aumento de 58% em relação a 2015. O cenário piorou em 2017, ápice dos homicídios no Acre, quando a taxa alcançou 60,5 por cem mil habitantes, com 502 mortes violentas.

Um estudo realizado por Silva e Alencar (2018) identificou o perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídio, bem como os fatores determinantes da motivação e do *modus operandi*. Também analisaram a sensação de segurança da população de Rio Branco. Os resultados mostraram que as pessoas de forma geral se sentem inseguras, pois 71,75% dos entrevistados responderam que não se sentem seguros. As mulheres são as mais inseguras, principalmente ao assédio moral/sexual e preconceitos.

As análises do estudo de Silva e Alencar (2018) evidenciaram também que pessoas com menor escolaridade tendem a se sentir mais seguros em relação as pessoas com maior escolaridade. No que tange à renda, os indivíduos com maiores rendas são os mais inseguros, à medida que a renda aumenta a sensação de insegurança também cresce.

Em relação aos homicídios, o estudo dos autores mostrou que os homens são os que mais matam e também as maiores vítimas de assassinatos, pois representam 88,31% dos algozes e 92,48% das vítimas. A maioria das vítimas de homicídios e os homicidas são pardos, possuem baixa escolaridade, baixa renda e são vizinhos, por isso os autores defendem a tese de que os “iguais matam os iguais” (SILVA; ALENCAR, 2018).

Considerando a série histórica das mortes violentas registradas pelo IPEA, 2022 teve o menor número de homicídios, com 40.784 homicídios no País. No Acre, foram registradas 216 mortes violentas em 2022. A guerra entre as facções é um dos grandes problemas enfrentados pela Segurança Pública no Acre.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

Considerando que esta pesquisa tem como finalidade analisar a (in)segurança e a vitimização dos crimes na cidade de Rio Branco, esta pode ser classificada quanto ao objetivo como explicativa, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, procedimento técnico de pesquisa de campo com aplicação de questionário/entrevista. A pesquisa qualitativa se preocupa em identificar fatores que influenciam na ocorrência de determinados fenômenos, explicando as razões e os porquês das coisas (GIL, 2002). Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender a sensação de (in)segurança da população rio-branquense no período de 2020 a 2022.

As análises qualitativas e quantitativas se mostram relevantes numa pesquisa em que são coletados dados socioeconômicos dos indivíduos pesquisados, para melhor avaliação do fenômeno estudado. A análise qualitativa possui uma interface quantitativa e vice-versa. A pesquisa qualitativa se preocupa com questões particulares, trabalha com os motivos, crenças, cultura, valores, atitudes, o que significa uma relação mais profunda dos processos e fenômenos que não podem ser analisados apenas por operacionalização de variáveis. Contudo, não existe uma dicotomia entre o conjunto de dados qualitativos e quantitativos, eles se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente (MINAYO, 1994).

3.2 Instrumento de coleta dos dados

3.2.1 Amostra

A amostra foi obtida considerando um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%. Sendo assim, serão entrevistadas 385 pessoas, em que 206 serão do gênero feminino, pois as mulheres representam 53,6% dos entrevistados e 179 do gênero masculino, que correspondem a 46,6%.

A pesquisa foi realizada na cidade de Rio Branco, em quatro localidades: Centro, Terminal Urbano, Rotatória do Ipê – Quiosque e Sobral. Os questionários foram aplicados pelos servidores do MPE/AC. O questionário possui 30 questões, dividido da seguinte forma: percepção de segurança (1-4); porte de arma por agente de segurança pública durante folgas (5-6); subnotificação dos crimes em Rio Branco (7-13); violência na pandemia (14-18); perfil socioeconômico dos entrevistados (19-30).

3.3 Tratamento e análise de dados

3.3.1 Análise qualitativa

A análise qualitativa será feita por meio da estatística descritiva, analisando as principais características socioeconômicas dos pesquisados, para verificar qual o perfil das vítimas de crimes entre outros fatores. O estudo por meio de entrevistas/questionário possibilita ao pesquisador obter maiores informações qualitativas para uma análise mais real dos fatos. Assim, a realidade é interpretada a partir de um embasamento teórico, não tendo a pretensão de expor integralmente o real, mas possuindo um caminho metodológico a percorrer com instrumentos cientificamente apropriados (PIANA, 2009).

3.3.2 Análise quantitativa: modelo econométrico

A econometria é definida por Gujarati e Porter (2011) como a análise quantitativa dos fenômenos econômicos com base no desenvolvimento da teoria e das observações. Ainda segundo os autores a econometria é a ciência social em que as ferramentas da teoria econômica, da matemática e da inferência estatística são aplicadas à análise dos fenômenos econômicos e sociais. Como o objetivo da pesquisa é analisar a (in)segurança pública e a vitimização, considerando os fatores socioeconômicos e comportamentos das vítimas e dos que cometeram os crimes, faz-se necessário a utilização dos modelos econométricos.

O método de análise de regressão múltipla será utilizado, pois o número de variáveis explicativas é maior que um. A regressão múltipla

possibilita o uso de mais de uma variável explicativa (fatores) no modelo econométrico, que podem afetar a variável Y (dependente), não se restringindo apenas a um fator explicativo. Neste caso, o uso da regressão múltipla é benéfico para a análise, pois enriquece a determinação da causalidade na variável Y (GUJARATI; PORTER, 2011).

3.3.2.1 Modelo de regressão logística

A regressão logística é uma técnica estatística que, a partir de um conjunto de observações, objetiva produzir um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável categórica, que usualmente é binária (0, 1), a partir de variáveis explicativas, que podem ser contínuas e/ou binárias (WOOLDRIDGE, 2006; PINDYCK; RUBINFELD, 2004).

Os modelos de regressão logística apresentados na literatura para melhor ajustar os modelos de escolhas qualitativas são o *Probit* e o *Logit*, sendo que o *Logit* é de mais fácil interpretação e garante uma resposta mais eficiente. O modelo *Logit* afiança que as probabilidades estimadas de fato se situam entre os limites lógicos 0 (zero) e 1 (um). A regressão logística é um recurso que permite estimar a probabilidade associada à ocorrência de determinado evento em face de um conjunto de variáveis exploratórias. Outra vantagem do *Logit* é a facilidade de lidar com variáveis independentes categóricas, ou seja, classificação de indivíduos em grupos e alto grau de confiabilidade.

A equação do *Logit* é dada por Gujarati e Porter (2011) como:

$$L_i = \ln \left(\frac{P_i}{1-P_i} \right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k + \mu_i \quad (1)$$

Em que,

L_i é a função de distribuição logística;

P_i é a probabilidade de ocorrência do evento;

$1 - P_i$ é a probabilidade de não ocorrência do evento;

β representa o vetor de parâmetros (conjunto de variáveis explicativas);

X representa a matriz das características consideradas relevantes para estimar a probabilidade de ocorrência do evento; e,

μ_i é o erro aleatório.

Para Fávero *et al.* (2009) a regressão logística assume as seguintes premissas: relação linear entre o valor das variáveis explicativas X e a variável dependente Y ; valor esperado dos resíduos é igual a zero; ausência de heterocedasticidade e de multicolinearidade.

Suponha que os valores numéricos entre 0 (zero) e 1 (um) sejam atribuídos aos dois resultados de uma variável binária. Muitas vezes, o 0 (zero) representa uma resposta negativa e o 1 (um) representa uma resposta positiva. A média dessa variável será a proporção de respostas positivas. Se P_i é a proporção de observações com um resultado de 1 (um), então P_i é a probabilidade de um resultado ser 0 (zero). A razão $\frac{P_i}{1-P_i}$ é chamada de razão de probabilidade (Odds Ratio) e o *Logit* é o logaritmo das probabilidades, ou apenas registra as chances.

A probabilidade associada à ocorrência do evento de interesse é dada pela equação:

$$P_i = \frac{1}{1+e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k)}} \quad (2)$$

em que e é a base dos logaritmos naturais.

Logo, a probabilidade de não ocorrência do fato P_i é dada pela seguinte equação:

$$1 - P_i = \frac{e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k)}}{1+e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k)}} \quad (3)$$

em que X é um vetor de variáveis explicativas; β são parâmetros desconhecidos a serem estimados; e P_i é a probabilidade de o indivíduo responder positivamente às questões sobre segurança e notificação da ocorrência de um crime que tenha sofrido. O parâmetro β deve ser estimado por Máximo Verossimilhança (MMV), pois os modelos *Logit* não comportam a estimação pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) (GUJARATI; PORTER, 2011).

A função máxima verossimilhança é dada por Gujarati e Porter (2011) como:

$$L = \prod \frac{e^{-X_i\beta}}{1+e^{-X_i\beta}} \prod \frac{1}{1+e^{-X_i\beta}} \quad (4)$$

em que \prod é o operador de produtório. Pode-se escrever a função de densidade da probabilidade conjunta como um produto das funções de densidade individuais, porque cada Y_i tem a mesma função densidade (logística). Os estimadores de máxima verossimilhança

O efeito marginal de cada variável explicativa sobre a variável dependente é dado pelos valores médios das variáveis explanatórias. O que pode ser feito pela expressão:

$$\frac{\partial P_i}{\partial X_i} = \beta X \frac{1}{1+e^{-X_i\beta}} \cdot \frac{e^{-X_i\beta}}{1+e^{-X_i\beta}} \quad (5)$$

Em que se considera,

$$P_i = \frac{1}{1+e^{-X_i\beta}} \quad (6)$$

$$1 - P_i = \frac{e^{-X_i\beta}}{1+e^{-X_i\beta}} \quad (7)$$

Para o modelo *Logit* a taxa de variação na probabilidade de um evento acontecer é dada por $\beta_j P_i (1 - P_i)$, em que β_j é o coeficiente (regressão parcial) do *j-ésimo* regressor. Mas, ao avaliar, P_i , todas as variáveis incluídas na análise são envolvidas.

3.3.2 Variável dependente

Como o objetivo da pesquisa é analisar a percepção de (in) segurança no município de Rio Branco, para isso foi perguntado aos entrevistados: você se sente seguro em Rio Branco? Caso a resposta seja sim, então $Y = 1$, se a resposta for não, $Y = 0$. Outro objetivo é saber a probabilidade de ser vítima de um crime, para isso foi questionado aos entrevistados se foram vítimas de crimes entre 2020 e 2022, se a resposta for positiva $Y = 1$, caso contrário, $Y = 0$.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise descritiva da pesquisa

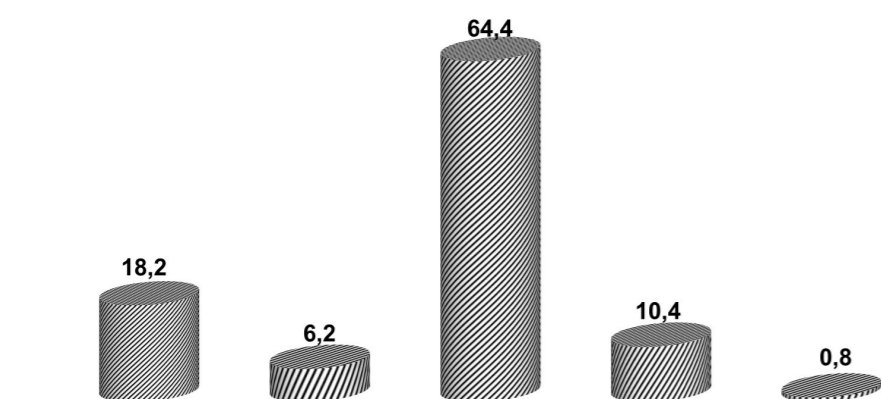
4.1.1 Características socioeconômicas da população pesquisada

A análise descritiva mostra os principais resultados da pesquisa, como o nível de confiança da população nas instituições de segurança pública e outras instituições, as características socioeconômicas dos entrevistados e a sensação de segurança da população.

Os resultados mostram que em relação ao gênero, 54,8% dos entrevistados são mulheres e 45,2% são homens. Como definido na metodologia, a intenção era entrevistar mais mulheres do que homens em virtude de a população feminina ser maior que a masculina. A maioria declarou ser evangélica, 56,1%, seguida de católicas, 28,6% e 10,1% disseram não ter religião ou ser ateu.

No que diz respeito à raça/cor da população, 64,4% das pessoas se declararam pardas, 18,2% brancas, 10,4% pretas, 6,2% amarela e 0,8% indígena, é o que mostra a figura 1.

Figura 1 – Raça/cor da população entrevistada (2023)

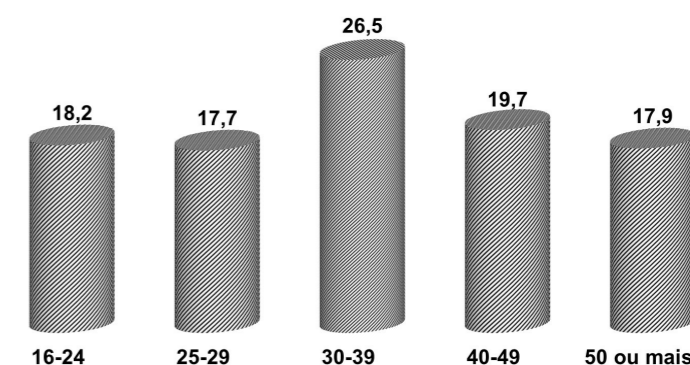


Fonte: resultados da pesquisa (2023).

O predomínio da raça parda é condizente com os dados do IBGE (2022), visto que quase 72% da população acreana é considerada negra, somando as pessoas pardas e as pretas.

Em relação à idade, a maioria tem entre 30 e 39 anos, com 26,5%, seguido de 19,7% com idade entre 40 e 49 anos, a população mais jovem aparece com 18,2% dos entrevistados de 16 a 24 anos, Figura 2. A idade dos entrevistados pode influenciar na percepção da sensação de segurança pública e no nível de confiança nas instituições, é o que evidencia Silva e Caminha (2012).

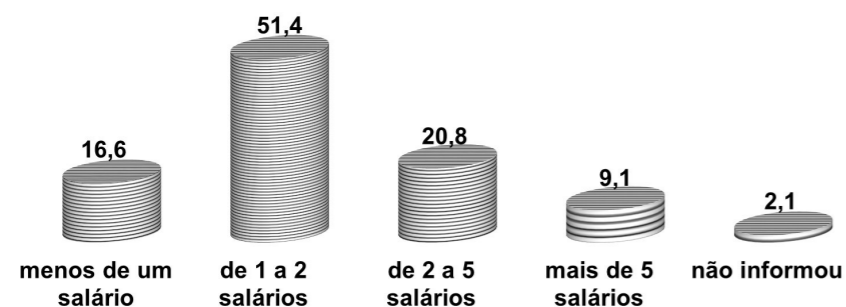
Figura 2 – Idade da população entrevistada (2023)



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Em relação à renda familiar, 51,4% dos indivíduos declararam que ganham entre um e dois salários mínimos vigentes no ano de 2023, as pessoas que vivem com menos de um salário somam 16,6% dos entrevistados, 20,8% ganham entre dois e cinco salários e apenas 9,1% tem renda maior que cinco salários, como é visto na Figura 3. A população acreana ganha em média 1.038 reais, segundo o IBGE (2022). O Acre é um estado que possui grande parte da população economicamente ativa alocada no setor público. O setor de serviços se destaca no cenário econômico no Estado, contudo dentro desse está o setor público.

Figura 3 – Renda familiar das pessoas entrevistadas (2023)



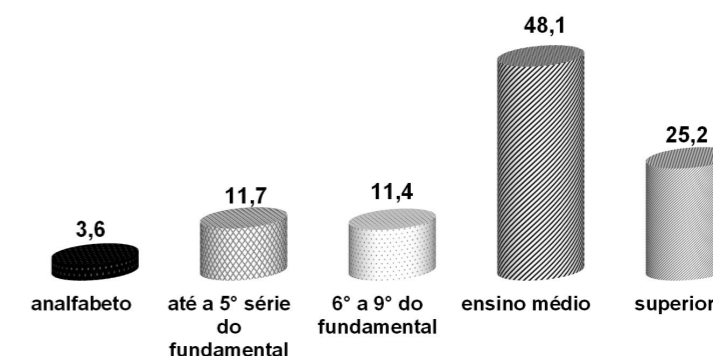
Fonte: resultados da pesquisa (2023).

A renda possui um efeito ambíguo: ao mesmo tempo em que a vítima se torna mais economicamente atrativa, a mesma possui meios financeiros para se proteger de possíveis crimes. Sendo assim, quanto menor a renda das pessoas maiores as chances de serem vítimas de roubo e furto.

Os resultados mostram que das pessoas que sofreram algum tipo de crime, 19,6% tinham renda familiar menor que um salário mínimo e 46,1% a renda familiar estava entre um e dois salários. Se for considerada a renda entre meio salário e dois salários mínimos, a porcentagem é de 65,7% das vítimas, o que corrobora com os estudos de Entorf; Spengler (2000), Kahn (2013) e Justus, Kahn e Kawamura (2014).

Em relação à escolaridade dos pesquisados, 48,1% têm ensino médio, 25,2% tem nível superior, até a quinta série do ensino fundamental 11,7% e 11,4% com fundamental completo, analfabetos 3,6%, Figura 4.

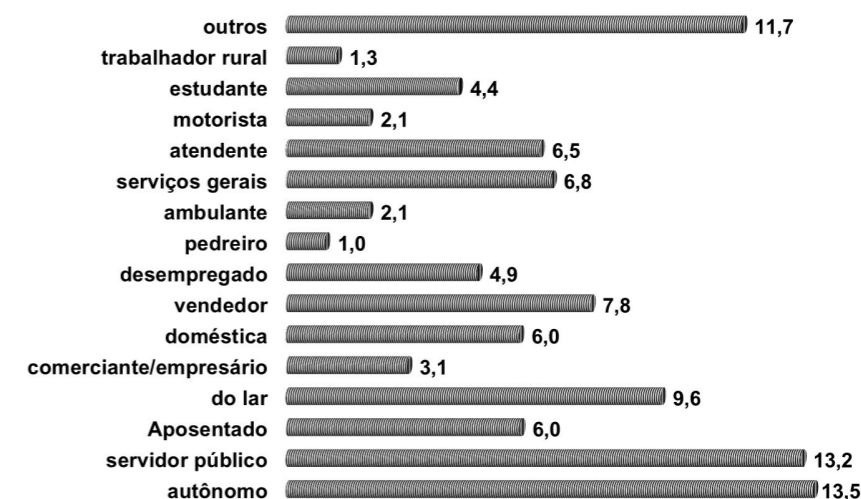
Figura 4 – Escolaridade das pessoas entrevistadas em Rio Branco (2023)



Fonte: resultados da pesquisa

A Figura 5 mostra as profissões dos pesquisados, os autônomos representam 13,5%, seguido por servidor público com 13,1%, e outros com 11,7% os entrevistados. Os que se declaram desempregados somam 4,9% das pessoas.

Figura 5 – profissões das pessoas entrevistadas (2023)



Fonte: resultados da pesquisa (2023)

Fatores como a escolaridade e a profissão podem justificar a baixa renda das pessoas. Segundo dados do Pnad (2023) as pessoas com ensino médio incompleto representam 23% dos desempregados em Rio Branco, seguido dos que têm ensino fundamental completo com 13,9% e superior com 13,6%. Os jovens saem do ensino médio com uma baixa perspectiva de empregabilidade e ainda tem que competir com pessoas que estão saindo da faculdade. O crescimento local passa pela ideia de que é preciso alocar a população no mercado de trabalho e melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

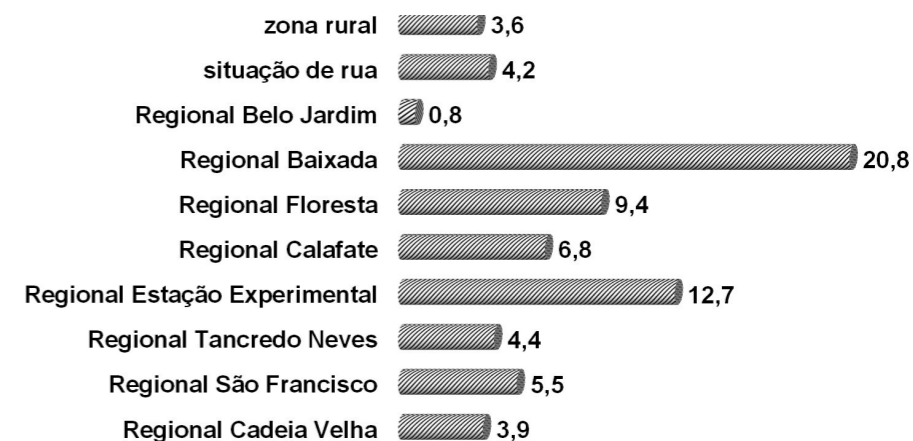
A taxa de desocupação em Rio Branco por cor de pele evidencia que 21,6% das pessoas desempregadas são negras e 26,3% são indígenas, a cor branca aparece com 10,8%. Já em relação ao gênero, o masculino, no primeiro trimestre de 2023 em Rio Branco, tinha uma taxa de desocupação de 12,4%, e o feminino tinha 11,6% de desocupação (IBGE, 2023).

A Figura 6 mostra a regional de moradia dos entrevistados. Optou-se por classificar os locais de moradia dos entrevistados por regionais e foram consideradas as regionais usadas pela Prefeitura de Rio Branco. As regionais Baixada e Vila Acre aparecem com 20,8% e 20% como local de residência das pessoas, respectivamente. A Regional Baixada engloba 18 bairros e a Vila Acre 5 bairros. A Regional Estação Experimental é residência de 12,7% da amostra pesquisada e abarca 28 bairros.

A cidade de Rio Branco possui diversos bairros que concentram uma população de baixa renda, dominados pelas facções, que vivem em guerra pelo domínio do tráfico de drogas. Em meio a essa guerra, a população enfrenta diariamente o medo de ser vítima de algum crime. Morar em bairros em que o crime impera se tornou uma realidade dos acreanos nos últimos anos.

O desenvolvimento desequilibrado trouxe a diminuição da mortalidade infantil, diminuiu o analfabetismo e melhorou a renda, também fez crescer uma massa de população urbana que convive com riqueza e abundância, mas que não se integrou nem tem meios de se integrar aos mercados sofisticados de produção e consumo dos polos desenvolvidos destas cidades (KAHN, 2013).

Figura 6 – Regional de residência das pessoas pesquisadas (2023)

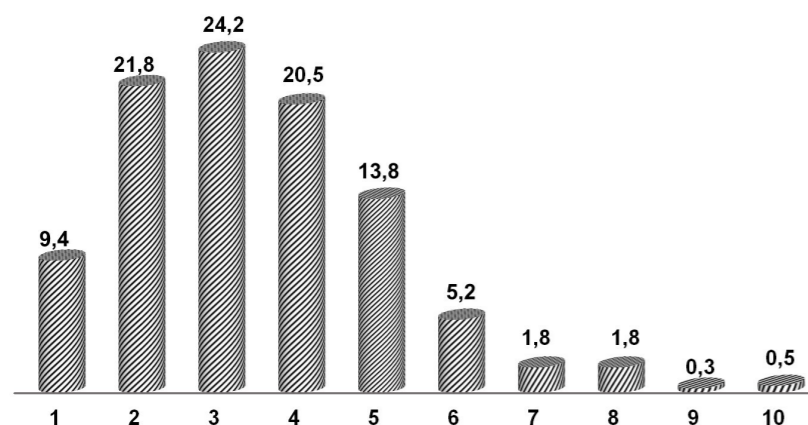


Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Pessoas com um nível de renda mais elevado moram em condomínios fechados e com segurança. A desigualdade de renda aumenta a taxa de criminalidade, principalmente para crimes contra o patrimônio. Outro fator importante é que ser jovem e desempregado aumenta a probabilidade de se tornar criminoso (ENTORF; SPENGLER, 2000).

Em relação ao número de moradores na residência, a Figura 7 mostra que 24,2% das moradias têm três pessoas, 21,8% duas pessoas e 20,5% com quatro residentes. Nota-se também que existem residências com mais de oito habitantes. Quanto maior o número de pessoas no mesmo domicílio, menor a renda. Parte dos entrevistados afirmaram que possuíam renda familiar menor que um salário mínimo.

Figura 7 – Número de moradores na residência



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

O número de pessoas na residência pode ser explicado pela quantidade de filhos dos entrevistados. Pessoas com escolaridade mais baixa têm mais filhos. Segundo dados do IBGE (2010), mulheres com mais escolaridade têm menos filhos e são mães mais tarde do que as mulheres com menos escolaridade. A entrada da mulher no mercado de trabalho também reduz a quantidade de filhos.

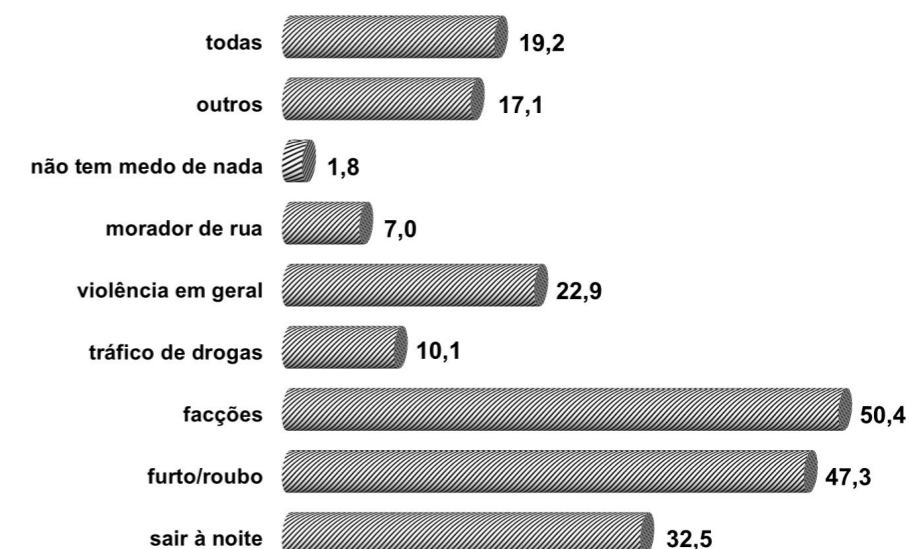
4.1.2 Percepção de segurança da população

A percepção de segurança da população foi obtida por meio de perguntas relacionadas ao medo das pessoas com alguns aspectos da criminalidade, qual a satisfação delas com respeito à segurança pública e se elas se sentem seguras em Rio Branco. Também foi questionado o nível de confiança da população em relação a algumas instituições públicas.

A Figura 8 mostra os principais medos que a população sente em Rio Branco com relação à segurança. Os entrevistados podiam escolher até três opções, por isso a soma da porcentagem ultrapassa 100%. O medo das facções corresponde 50,4% das respostas das

pessoas, seguida do medo de furto/roubo com 47,3% e sair à noite, 32,5%. As pessoas que disseram não ter medo de nada representam 1,8% da população pesquisada.

Figura 8 – Maiores medos da população em Rio Branco



Fonte: resultados da pesquisa (2023)

A guerra entre as facções virou uma triste realidade na vida dos brasileiros e no Acre não é diferente. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), duas grandes organizações criminosas que atuam no Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), vêm desde o início da década de 2000 expandindo suas atividades ilegais pelo País. A briga pelo poder no tráfico de drogas se espalhou e formou novas organizações criminosas. Atualmente, todos os estados da federação têm facções que foram formadas dentro e fora dos presídios.

As organizações criminosas impõem o medo, e quem ameaça sua expansão e domínio sofre consequências, tais como ser assassinado, ter seus corpos mutilados ou desaparecimento. O custo da violência não é somente social, mas também econômico e civilizatório. O desenvolvimento da região requer, antes de mais nada, uma atuação efetiva das instituições públicas no combate ao tráfico de drogas e às facções criminosas.

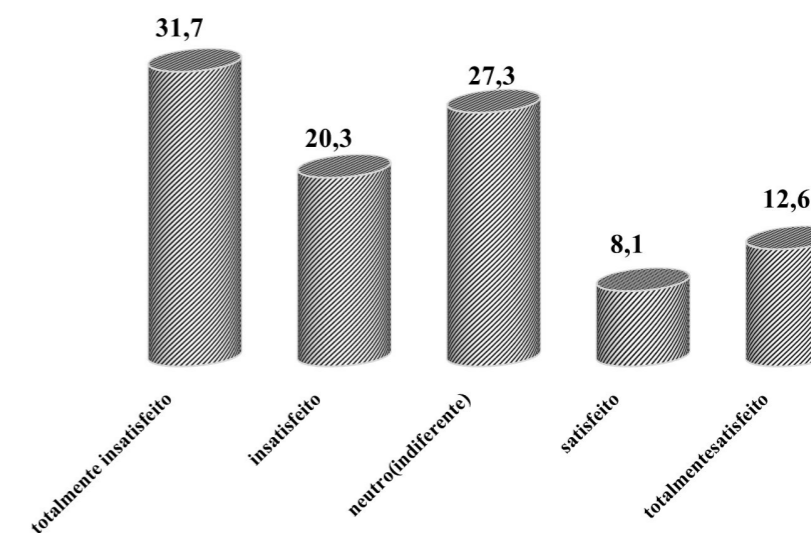
Gary Becker (1968) argumenta que os criminosos que praticam crimes econômicos fazem uma análise dos custos e benefícios entre a atividade criminosa e a lícita. Se os benefícios com a atividade criminosa forem maiores que os custos e superar os ganhos com a atividade legal no mercado de trabalho, este indivíduo entrará na criminalidade. Logo, é preciso aumentar os custos da criminalidade, reduzindo, assim, os ganhos com o crime.

A entrada e permanência no crime seria dissuadida se aumentasse a punição total e a probabilidade de ser pego e punido. Outro fator que pode reduzir a entrada na criminalidade está relacionado à aversão, neutralidade ou propensão ao risco. Caso o ofensor seja propenso ao risco, aumentar a probabilidade de ser preso e condenado tem maior dissuasão do que um aumento na punição, na mesma proporção, visto que o indivíduo teme mais em ser apanhado. Se o ofensor em potencial for avesso ao risco, o tamanho da pena é mais dissuasivo, pois esse indivíduo não teme ser preso, porém teme ficar muito tempo em reclusão. No sujeito neutro ao risco, um aumento em ambos terá a mesma proporção de influência (BECKER, 1968).

O nível de satisfação da população em relação à Segurança Pública também foi mensurado. Os entrevistados tinham cinco opções de resposta, de 1 a 5, sendo: pessoa totalmente insatisfeita com a segurança (1), sente-se insatisfeita (2), é neutra (3), satisfeita (4) e totalmente satisfeita (5).

A Figura 9 evidencia as respostas dos entrevistados no que tange à segurança, 31,7% disseram que estão totalmente insatisfeitos com a atuação dos órgãos de segurança pública, 20,3% estão insatisfeitos. Somando os valores dos totalmente insatisfeitos com os insatisfeitos têm-se 52% das pessoas insatisfeitas com a segurança. As pessoas que são neutras representam 27,3% da amostra. Os satisfeitos abarcam apenas 8,1% e os totalmente satisfeitos somam 12,6% dos entrevistados. Considerando os totalmente satisfeitos com os satisfeitos, pode-se considerar que 20,7% das pessoas estão satisfeitas com a segurança pública em Rio Branco.

Figura 9 – Nível de satisfação da população com a Segurança Pública em Rio Branco

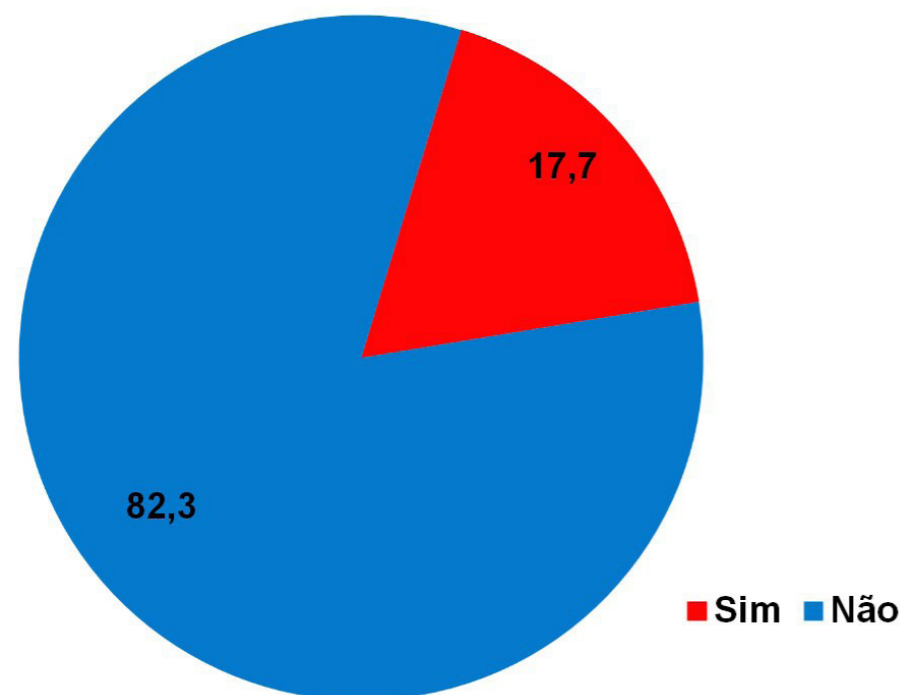


Fonte: resultados da pesquisa (2023)

A insatisfação das pessoas nas instituições de segurança pública pode estar ligada a diversos fatores, mas os principais são: a falta de resolução dos crimes, principalmente, furto/roubo e homicídios, demora no atendimento no momento de denunciar um crime. Muitos crimes reportados à polícia não se tornam inquérito policial.

Também foi questionado se as pessoas se sentiam seguras em Rio Branco. A Figura 10 mostra que 82,3% das entrevistadas afirmaram que não se sentem seguras e 17,7% disseram que se sentem seguras. A percepção de segurança das pessoas envolve muitos fatores. Como não confiam no sistema de segurança é difícil se sentirem seguros. Também é preciso considerar que os rio-branquenses convivem com a violência diariamente, como já mencionado antes, a guerra entre as facções tem deixado um rastro de violência em diversos bairros da capital e também no interior do Estado.

Figura 10 – Percepção de segurança dos entrevistados em Rio Branco



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

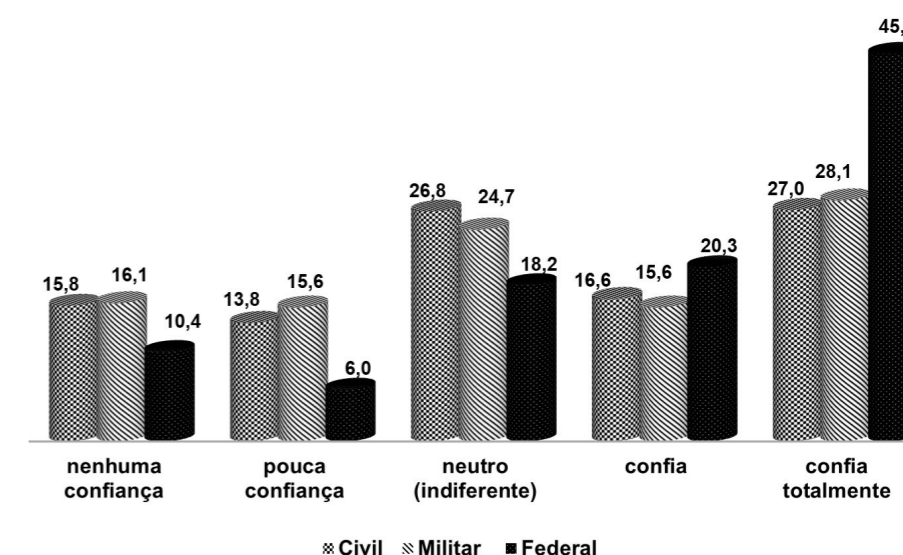
A sensação de (in)segurança por grande parte da população condiz com estudos relacionados ao tema. Cardoso et al. (2013) apontam alguns fatores que influenciam na sensação de segurança como: o crescimento da criminalidade; o fenômeno da urbanização; a influência midiática que ressalta a espetacularização da violência; fatores culturais, como religião; atributos dos próprios indivíduos, como gênero, renda e idade; entre outras características sociodemográficas.

Em relação à confiança da população nas instituições públicas, os respondentes tinham cinco opções: nenhuma confiança (1), pouca confiança (2), neutro (3), confia (4) e confia totalmente (5). Foram questionados sobre sete instituições: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Ministério Público do Acre, Defensoria Pública do Acre, Tribunal de Justiça do Acre e Corpo de Bombeiros Militar do Acre.

A Figura 11 mostra o nível de confiança das pessoas nas Polícias Civil, Militar e Federal. Nota-se que 15,8% dos entrevistados não têm nenhuma confiança na Civil, 13,8% têm pouca confiança, o que evidencia que 29,6% das pessoas não confiam no trabalho da organização. Os que confiam representa 16,6% e confia totalmente 27,0% da população pesquisada. Logo, o nível de confiança é de 43,6%. A falta de confiança pode ser reflexo de experiências pessoais ou com pessoas próximas.

Para a Polícia Militar, os que não têm nenhuma confiança são 16,1% e 15,6% têm pouca confiança na instituição de segurança. Já os que confiam são 15,6% e confia totalmente 28,1%, representando 43,7% dos que têm confiança nos militares.

Figura 11 – Nível de confiança da população nas Polícias Civil, Militar e Federal



Fonte: resultados da pesquisa (2023)

A polícia Federal aparece como uma das mais confiáveis na opinião dos entrevistados, apenas 16,4% disseram não confiar no trabalho da instituição e 65,5% confiam de alguma forma. Nos últimos anos a instituição tem sido destaque no cenário nacional com grandes investigações de corrupção e lavagem de dinheiro.

As polícias Civil e Federal trabalham como polícia judiciária, sendo responsáveis pelas investigações dos crimes. A atuação dessas instituições é fundamental para a resolução dos crimes e encaminhamento do inquérito policial aos respectivos ministérios públicos para que se tornem processos. Como dito anteriormente, muitas denúncias não chegam nem na fase de inquérito policial, ficando apenas como boletim de ocorrência, o que fundamenta a desconfiança da população, principalmente na Polícia Civil, que é mais próxima da população.

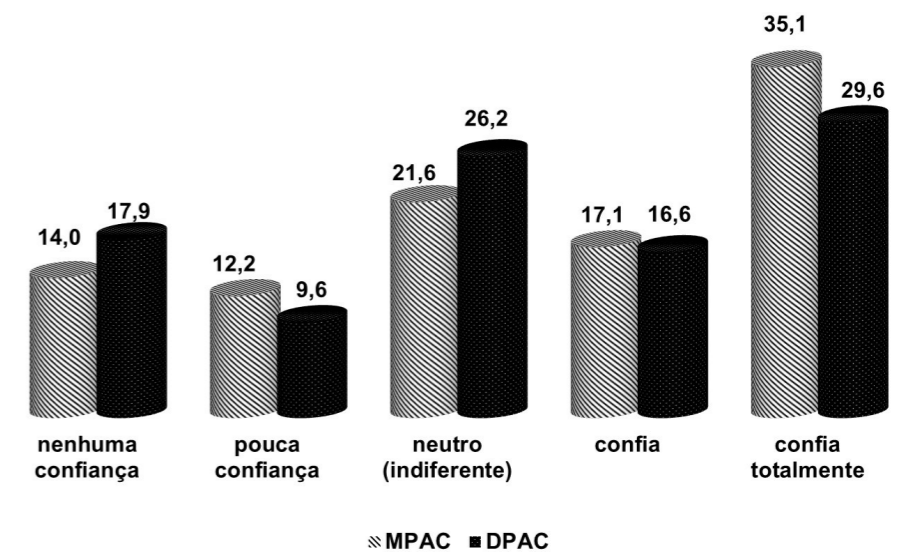
Relacionando a ocorrência de crimes com as pessoas que não confiam ou são neutras (indiferentes) às polícias, 33,6% dos que sofreram algum tipo de crime relataram que não confiam na Polícia Civil, caso sejam consideradas as pessoas neutras (indiferentes) o percentual sobe para 60,1%, para a Polícia Militar, dos que foram vítimas, 37,1% disseram não confiar e de igual modo, considerando os indiferentes, o resultado é de 64,3% das vítimas e 22,4% afirmaram não confiar na Polícia Federal, considerando os neutros chega-se a 41,3%.

A Figura 12 evidencia o nível de confiança no Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) e na Defensoria Pública do Estado do Acre (DPAC), instituições importantes na defesa dos direitos difusos dos indivíduos. No que tange ao MPAC, 14% disseram que não têm nenhuma confiança e 12,2% têm pouca, o que significa que 26,2% dos respondentes não confiam na instituição. As pessoas que confiam somam 17,1% e as que confiam totalmente, 35,1%, ou seja, 52,2% têm confiança no Ministério Público. A constituição Federal de 1988 atribuiu ao Ministério Público o papel de zelar pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis.

No enfrentamento à criminalidade, a confiança da população nas instituições jurídicas e policiais é importante, pois se as pessoas não confiam, não denunciam o crime, e isso cria um ciclo vicioso, considerando que os praticantes do crime irão permanecer impunes e a impunidade aumenta a permanência do indivíduo na atividade criminosa (MARQUES JÚNIOR; ADORNO, 2004).

Quando questionados sobre a Defensoria Pública do Acre, 17,9% afirmaram que não têm nenhuma confiança, 9,6% pouca confiança, 16,6% confiam e 29,6% confiam totalmente, Figura 12. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados (CF, 1988).

Figura 12 – Nível de confiança da população no MPAC e DPAC



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Um único fato pode aumentar a desconfiança nessas instituições. Uma pessoa que procura a Defensoria, por exemplo, o faz porque acredita que pode solucionar seu problema, a demora na resolução ou o não atendimento já é um fator que decresce a imagem da instituição.

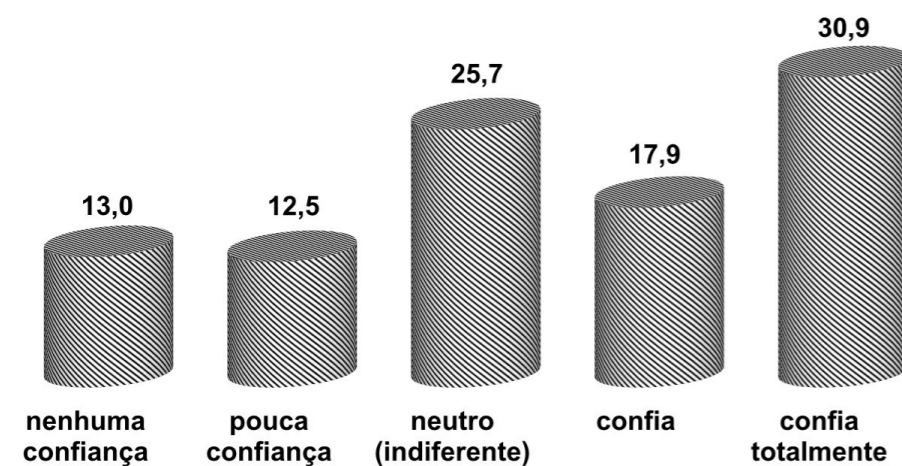
Cruzando os dados das pessoas que foram vítimas de crimes com a confiança nas instituições, das pessoas que foram vítimas, 28,7% disseram que não confiam no MPAC, se forem consideradas as neutras (indiferentes) o percentual sobe para 53,1% dos pesquisados. Em relação à Defensoria Pública, 30,1% afirmaram que não confiam

nessa instituição, e considerando os neutros o resultado chega a 60,1% das pessoas.

Também foi perguntado aos participantes qual o nível de confiança no Tribunal de Justiça do Acre – TJAC, 13,0% não têm nenhuma confiança no órgão e 12,5% disseram que confiam pouco. Os que confiam e confiam totalmente são 17,9% e 30,9% respectivamente, juntos representam 48,8% de confiança, Figura 13. O Tribunal de Justiça é órgão de segunda instância do judiciário, sua atuação está pautada na garantia da paz social.

A população aponta, como maiores problemas relacionados ao órgão, o custo, a dificuldade de acesso à justiça, a incapacidade do judiciário de resolver os conflitos. O Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJBrasil) mostrou que em 2016 o judiciário desfrutava apenas de 29% de confiança da população (FGV, 2016).

Figura 13 – Nível de confiança da população TJAC



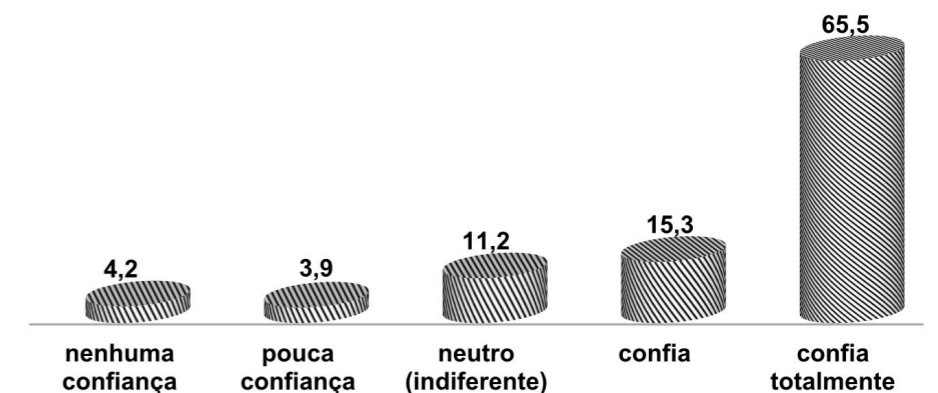
Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Vale ressaltar que os dados foram obtidos por meio da percepção das pessoas em relação a cada instituição. Também é preciso lembrar que a maioria dos indivíduos não conhece a estrutura do poder

judiciário, logo para muitos o Tribunal de Justiça pode julgar qualquer caso, não fazendo distinção entre os tribunais de primeira instância e o Tribunal de Justiça.

Em relação ao Corpo de Bombeiros Militar do Acre, a maioria das pessoas confiam plenamente na instituição, 65,5% dos entrevistados e 15,3% confiam, com isso a percepção de confiança é de 80,8%, apenas 8,1% disseram não ter nenhuma ou pouca confiança no órgão, Figura 14.

Figura 14 – Percepção de confiança no Corpo de Bombeiros



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

A pesquisa também questionou a população sobre o uso de arma de fogo por policiais de folga em locais de aglomerações e que fazem uso de bebida alcoólica. Entre os locais citados estão: baladas/boates, bares, vias públicas, festas privadas e chácaras. A grande maioria, 96,1% disseram que os policiais não podem usar arma de fogo nos locais citados. Para essas pessoas arma de fogo e bebida alcoólica é uma combinação perigosa. É claro que essa máxima não vale apenas para os agentes de segurança pública, qualquer pessoa que anda armada não poderia consumir bebida alcoólica em locais de aglomerações.

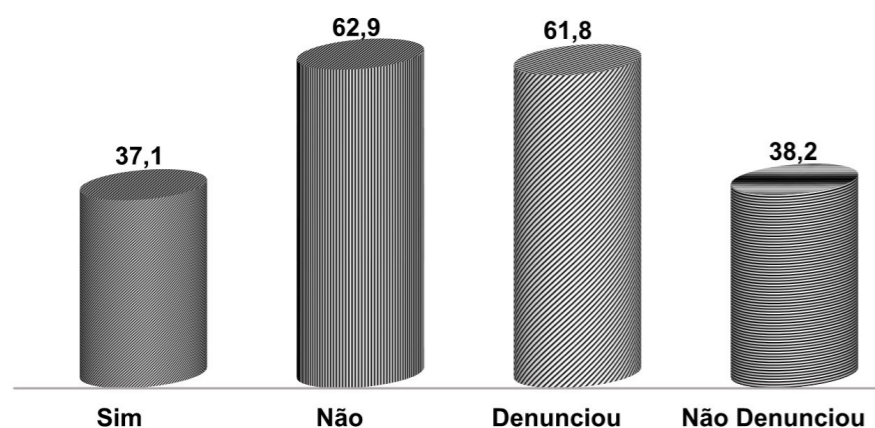
4.1.3 Vitimização e subnotificação dos crimes em Rio Branco

O medo das pessoas em serem vítimas de algum crime tem aumentado em Rio Branco. A constante guerra entre as facções e outros problemas de segurança pública têm desafiado as autoridades a buscarem forma de enfrentamento à violência nas ruas e também nos domicílios, principalmente nos crimes contra a mulher, que é vítima de violência doméstica.

Compreender a dinâmica do crime e como os ofensores operam pode ajudar na formulação de políticas de segurança pública mais eficazes. A falta de um banco de dados integrado entre as instituições do judiciário, polícias, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas torna o trabalho dos formuladores dessas políticas mais difícil.

A Figura 15 traz o percentual de vitimização em Rio Branco dos pesquisados. Foi perguntado às pessoas se tinham sido vítimas de crime nos últimos três anos. Como mostra a figura, 37,1% das pessoas disseram que foram vítimas de algum tipo de crime e 62,9% responderam que não. Das pessoas que afirmaram serem vítimas de crime, 61,8% denunciaram o crime e 38,2% disseram não ter feito a denúncia.

Figura 15 – Vitimização e denúncia dos crimes em Rio Branco

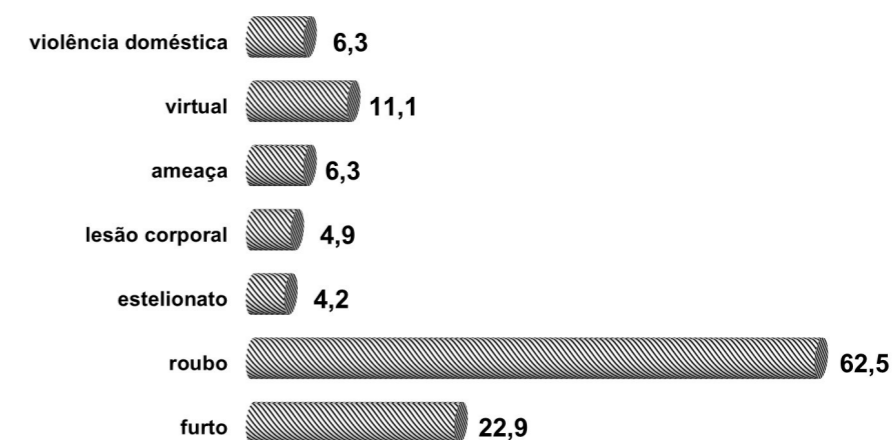


Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Quando questionados sobre os motivos pelos quais não fizeram a denúncia, 38,3% disseram que não valia a pena, 30,9% afirmaram que a polícia não resolve nada, 14,5% disseram que era perda de tempo, 9,1% disseram não ter feito porque foram vítimas de violência doméstica e 3,6% disseram que não recuperariam o objeto, Figura 15.

A maioria das pessoas foi vítima de furto ou roubo na rua, o que dificulta a identificação dos ofensores e a recuperação dos objetos, visto que na maioria das vezes trata-se de aparelhos celulares. A figura 16 evidencia os crimes sofridos pelas vítimas. O crime de roubo/assalto foi citado por 62,5% das pessoas que foram vitimadas nos últimos três anos, furto representa 22,9% dos pesquisados. Os crimes virtuais que vêm crescendo no Brasil e no Acre obtiveram 11,1% das respostas. No que tange aos crimes de violência doméstica, perguntado apenas para as mulheres, corresponderam a 6,3% da amostra.

Figura 16 – Tipificação dos crimes



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Os crimes de roubo e furto cresceram em todo Brasil, e no Acre não foi diferente. De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2022), entre os anos de 2018 e 2021 foram roubados ou furtados 17.281 celulares, uma média 4.320

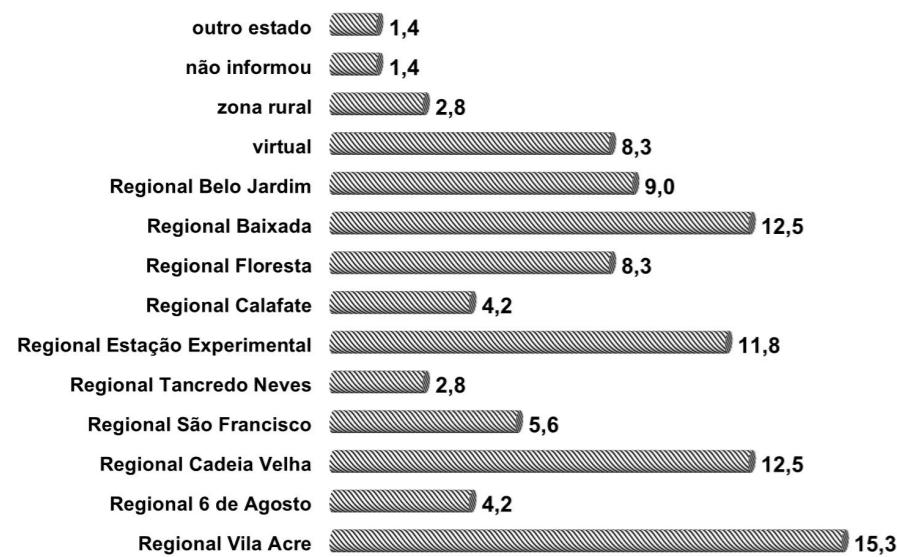
aparelhos por ano, isso significa um aumento de 37,5% nesse tipo de crime nos quatros anos. De certa forma, isso tem um impacto na renda das pessoas que são vítimas, pois precisam comprar um novo aparelho.

Outro crime que cresceu foi o estelionato, entre 2018 e 2021 houve um crescimento de 238,6%. O estelionato por meio eletrônico (crime virtual) é outro que tem se destacado, no Acre, aumentou 916% de 2018 a 2021. Geralmente os golpistas apresentam uma vantagem para as vítimas que têm seus dados pessoais ou bancários “roubados” pelos bandidos. Alguns golpes estão relacionados a promoções irresistíveis, cadastro irregular, clonagem do celular, entre outros.

Muitas pessoas dizem que não denunciam porque serão apenas mais um número nos registros da polícia, mas o boletim de ocorrência pode levar aos criminosos ou diminuir as chances de outras pessoas serem vítimas, pois a polícia pode divulgar o golpe para alertar a população. Os cibercriminosos estão sempre em busca de novos golpes e novas vítimas.

Os locais de ocorrência dos crimes estão dispostos na Figura 17, que mostra os lugares de maior incidência de criminalidade por regional. A regional da Vila Acre teve 15,3% das ocorrências dos crimes, seguida das regionais Baixada e Cadeia Velha com 12,5% e Estação Experimental com 11,8% dos crimes. A zona rural aparece com 2,8% da criminalidade.

Figura 17 – Locais de ocorrência dos crimes em Rio Branco



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Fazendo uma correlação entre o local do crime e os locais de moradia das vítimas, observou-se que 46,2% das pessoas sofreram a violência no bairro onde residem. A maioria dos entrevistados mora em bairros periféricos, mais afastados do centro da cidade e onde o policiamento ostensivo é mais raro. Muitos bairros só têm a presença da polícia no atendimento a uma ocorrência. Vale ressaltar que a guerra entre as facções também coloca em risco a vida dos policiais, que recebem ameaças constantes. Segundo dados do FBSP (2021) a maioria dos policiais são mortos fora de serviço.

A atuação policial deve estar pautada em uma política de segurança pública eficaz e eficiente, buscando a efetividade de suas ações. Políticas Públicas imediatistas não funcionam quando o objetivo é solucionar problemas complexos, como é o da segurança pública que há anos é discutido, mas não encontram soluções.

No que diz respeito ao número de vezes que a pessoa foi vítima, 67,8% foi vítima uma vez, 23,1% duas vezes e 5,6% três vezes. Os que foram vítimas mais de três vezes representam 3,5% dos entrevistados.

Quanto à ação do Estado para reduzir a criminalidade, a maioria, com 32,5%, disse que deveria haver mais policiais nas ruas, 29,4% disseram que aumentar a oferta de emprego reduziria a criminalidade, e 23,1% acreditam que a lei deve ser aplicada de maneira rigorosa para reduzir o crime, Figura 18.

Figura 18 – Ações do Estado para reduzir a criminalidade em Rio Branco



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

O Estado é o ator mais importante no combate à criminalidade, pois ele possui as ferramentas e os meios para agir, no entanto, a sociedade de modo geral também é responsável por essa luta. A criminalidade é um mal que destrói vidas e a riqueza das pessoas. Segundo o relatório da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE-PR) (2023) a criminalidade custa 4,4% do PIB brasileiro, o que representa um fardo para as UFs com níveis de renda menores. Gastos feitos entre 1996 e 2015 na segurança não foram acompanhados de resultados positivos. Os homicídios ocorridos nesses vinte anos representam uma perda de 450 bilhões de reais na capacidade produtiva do país.

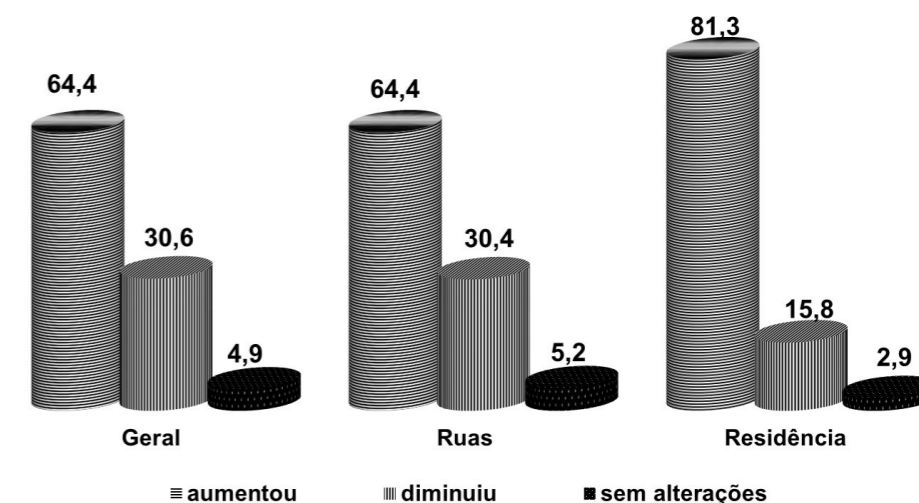
Considerando que as políticas de segurança pública não estão sendo eficazes, é necessário que se mude o foco, ou seja, redesenhar o arcabouço das políticas de segurança mais eficientes e menos onerosa. Como mencionado antes, as forças devem estar pautadas no uso eficiente das polícias, dos recursos, abandonar políticas emergenciais e focar nas mais eficazes.

4.1.4 Violência na pandemia

A pesquisa também investigou a percepção da população sobre a violência durante a pandemia. Para obter as informações foram feitas três perguntas: qual a percepção da pessoa em relação à criminalidade geral, nas ruas e no âmbito familiar.

A Figura 19 evidencia a percepção dos ouvintes em relação à violência na pandemia. A maioria, 64,4%, tem a percepção de que a criminalidade aumentou de modo geral e nas ruas e 81,3% nas residências.

Figura 19 – Percepção da criminalidade na pandemia em Rio Branco (2023)



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

A violência doméstica nas residências está ligada tanto à física como à psicológica, sexual e patrimonial. Algumas mulheres que foram vítimas de violência doméstica, ao serem perguntadas se tinham sofrido algum crime, disseram que não, ou seja, elas não consideraram a violência doméstica como crime. Outras não denunciaram a agressão na polícia.

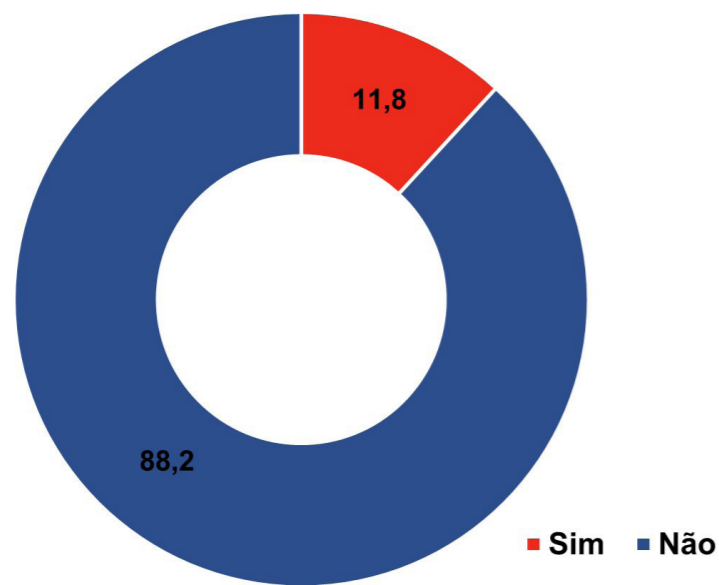
A violência no âmbito familiar não está ligada apenas às mulheres, mas também às crianças, adolescentes e idosos. Como no período da pandemia as pessoas passaram mais tempo no domicílio, isso fez com que as vítimas ficassem mais tempo com seus algozes. O FBSP (2023) mostra dados sobre a violência contra a mulher, 28,9% das mulheres sofreram algum tipo de agressão, dessas 31,3%, os agressores foram ex-cônjuge, ex-companheiro, ex-namorado e 26,7% foram cônjuge, companheiro, namorado.

Os crimes contra crianças e adolescentes cresceram nos últimos anos. A maioria das vítimas tem até 14 anos, e representou 58,0% em 2022 dos casos de estupros no Brasil. As meninas tem o pico entre 3 e 4 anos e os meninos aos 4 anos. Por isso, é fundamental o cuidado com as crianças, tanto dos pais, como da sociedade em observar as

mudanças nas crianças. Na grande maioria das vezes os agressores são parentes ou conhecidos.

A Figura 20 mostra o percentual de mulheres que foram vítimas de violência doméstica dentro da amostra. Entre as mulheres pesquisadas, 11,8% sofreram algum tipo de violência.

Figura 20 – Violência doméstica contra a mulher



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Das que foram agredidas, os seus agressores foram cônjuge com 44,0%, ex-cônjuge 36%, irmão 8%, pai, mãe e avós, 4%. Muitas mulheres não denunciam as agressões por medo ou vergonha.

4.2 Análise econométrica dos dados

A análise econométrica tem como objetivo mostrar a probabilidade de se sentir seguro em Rio Branco e a probabilidade de ser vítima de crime considerando as variáveis socioeconômicas da amostra e variáveis relacionadas a percepção de confiança nas instituições.

4.2.1 Modelo Logit para a percepção de segurança em Rio Branco

O modelo econométrico foi obtido por meio do software Eviews. Foram realizados alguns testes para validar o modelo econométrico. O teste de multicolinearidade mostrou que não existe correlação perfeita entre as variáveis independentes. Também foi realizado o teste de Wald para verificar se os parâmetros são diferentes de zero. Tendo como finalidade aferir o grau de significância de cada parâmetro, incluindo a constante, o teste mostrou que todos os parâmetros são diferentes de zero, logo impactam na probabilidade de ocorrência do evento, que é se sentir seguro.

Em relação a classificação do modelo, que considera os acertos das predições, o modelo apresentou alto poder de predição, pois cerca de 82% das suas predições estão corretas.

Considerando que o modelo pode ser estimado, na Tabela 1 são discriminadas as variáveis que impactaram positiva ou negativamente a percepção de segurança em Rio Branco. O modelo Logit foi ajustado para identificar as variáveis que influenciam a probabilidade da pessoa de sentir (in)segura.

Os sinais dos parâmetros nos mostram uma relação interessante. O sinal negativo indica que existe uma relação inversa entre a variável e a probabilidade de se sentir seguro. Por sua vez, o sinal positivo indica que existe um relacionamento positivo.

As variáveis confiança na Polícia Civil e no Ministério Público do Acre influenciam de forma positiva a probabilidade de se sentir seguro em Rio Branco. Já as variáveis uso de arma por policial e gênero da pessoa vão diminuir a probabilidade da pessoa se sentir segura. Aqui a questão é se a pessoa se sente segura em locais onde policiais em folga e consumindo bebida alcoólica podem andar armados. Como o sinal é negativo, a pessoa vai se sentir segura se o policial não fizer uso da arma nesses locais. Em relação ao gênero da pessoa, se ela for mulher a probabilidade de se sentir segura diminui.

Tabela 1 – Modelo *Logit* para a determinação da (in)segurança em Rio Branco

| Variáveis | Parâmetros | Desvio-Padrão | P-valor |
|------------------------|------------|---------------|----------------------|
| Confiança na PC | 0,305624 | 0,114758 | 0,0077*** |
| Confiança no MPAC | 0,271372 | 0,115404 | 0,0187** |
| Porte de arma policial | -1,254554 | 0,579912 | 0,0305** |
| Gênero | -0,498743 | 0,280627 | 0,0755* |
| Intercepto | -0,920478 | 1,190066 | 0,4392 ^{NS} |
| LR | 29,2024 | | 0,0000*** |
| % predições corretas | 82,10% | | |

*** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; NS não significativo

Fonte: resultados da pesquisa

Para saber se o modelo estimado está correto, foi realizado o teste de Andrews e Hosmer-Lemeshow que verifica se existe diferença significativa entre o modelo predito e o observado. Neste caso, a não significância do teste mostra que não existem diferenças estatísticas entre os resultados dos modelos, visualizado na Tabela 2, das dez classes em que a amostra foi dividida, não existem diferenças significativas entre os valores previstos e observados. Portanto, tem-se um indício de que o modelo pode ser usado para estimar a probabilidade de se sentir seguro em Rio Branco.

Tabela 2 – Teste de Andrews e Hosmer-Lemeshow do modelo *Logit* para a determinação da sensação de segurança

| classe de Quantis | Intervalo dos Quantis | | Dep=0 | | Dep=1 | | Obs. Total | Valor H-L |
|-------------------|-----------------------|--------|------------|------------|-----------|------------------|------------|----------------|
| | Min. | Máx. | Atual | Previsto | Atual | Previsto | | |
| 1 | 0,0339 | 0,0569 | 34 | 36,2733 | 4 | 1,7267 | 38 | 3,1356 |
| 2 | 0,0587 | 0,0932 | 38 | 36,0676 | 1 | 2,9324 | 39 | 1,3770 |
| 3 | 0,0932 | 0,1000 | 35 | 34,3049 | 3 | 3,6951 | 38 | 0,1449 |
| 4 | 0,1000 | 0,1261 | 38 | 34,5791 | 1 | 4,4210 | 39 | 2,9856 |
| 5 | 0,1261 | 0,1546 | 29 | 32,6713 | 9 | 5,3287 | 38 | 2,9419 |
| 6 | 0,1546 | 0,1699 | 34 | 32,7033 | 5 | 6,2968 | 39 | 0,3185 |
| 7 | 0,1699 | 0,2117 | 32 | 30,6112 | 6 | 7,3888 | 38 | 0,3241 |
| 8 | 0,2117 | 0,2605 | 29 | 29,4260 | 10 | 9,5740 | 39 | 0,0251 |
| 9 | 0,2605 | 0,3671 | 25 | 26,9697 | 13 | 11,0303 | 38 | 0,4956 |
| 10 | 0,3671 | 0,6704 | 23 | 23,3938 | 16 | 15,6062 | 39 | 0,0166 |
| Total | | | 317 | 317 | 68 | 68 | 385 | 11,7646 |
| H-L Statistic | | | 11,7646 | | | Prob, Chi-Sq(8) | | 0,1620 |
| Andrews Statistic | | | 18,1047 | | | Prob, Chi-Sq(10) | | 0,0532 |

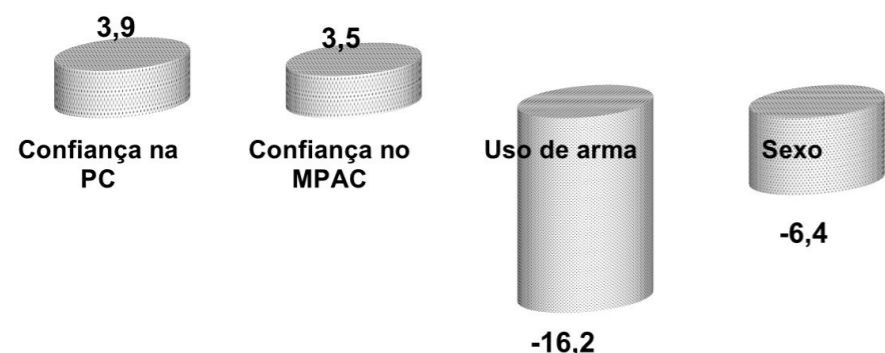
Fonte: resultados da pesquisa (2023).

A partir do modelo estimado (Tabela 1) é possível identificar as variáveis que mais contribuem para aumentar ou diminuir a probabilidade de percepção de segurança.

A Figura 21 mostra os efeitos marginais das variáveis utilizadas, observa-se que o uso de arma de fogo por policiais de folga em locais de aglomeração apresenta o maior impacto. Neste caso, o uso de arma de fogo reduz em 16,2 pontos percentuais de probabilidade da pessoa se sentir segura em Rio Branco.

A variável gênero também apresenta sinal negativo, e isso influencia de maneira negativa a percepção de segurança. Caso o indivíduo seja mulher a probabilidade de se sentir segura é reduzida em 6,4 pontos percentuais.

Figura 21 – Efeitos marginais das variáveis do modelo Logit para a percepção de segurança em Rio Branco – 2023



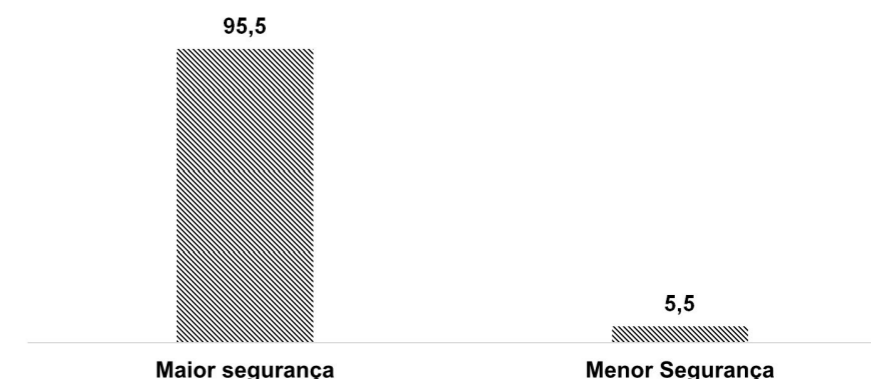
Fonte: resultados da pesquisa (2023)

A confiança na Polícia Civil aumenta em 3,9 pontos percentuais a probabilidade de segurança. A percepção de confiança na polícia é resultado de como o indivíduo avalia o trabalho policial. A maneira como a instituição policial executa seu trabalho pode ter influência negativa ou positiva.

Outra variável que aumenta a sensação de segurança das pessoas é a confiança no Ministério Público, neste caso é elevado em 3,5 pontos percentuais (p.p.). Como mencionado antes, o MPAC tem um papel importante na defesa dos direitos individuais e coletivos, ora como acusador daqueles que comentem algum crime, ora defendendo os direitos coletivos ou individuais.

Caso a pessoa confie na Polícia Civil e confie no Ministério Público a probabilidade de se sentir seguro é de 95,5 pontos percentuais. Essa probabilidade cai para 5,5p.p. se ela não confiar em nenhuma das instituições, Figura 22.

Figura 22 – Perfil de maior e menor percepção de segurança em Rio Branco



Maior segurança: confia na Polícia, confia no Ministério Público, homem
Menor segurança: não confia na Polícia Civil, não confia no Ministério Público, mulher

Fonte: resultados da pesquisa (2023)

A confiança nas instituições públicas revela que os indivíduos se sentem mais seguros, não apenas no que diz respeito à segurança pública, mas também em outras áreas, como a saúde, o direito de liberdade, de ser tratado com dignidade quando buscam pelos serviços públicos.

4.2.2 Modelo Logit para a vitimização em Rio Branco

Com o intuito de mostrar a probabilidade de ser vítima de algum crime em Rio Branco foi feito o modelo Logit mostrando as variáveis que impactam de forma positiva ou negativa essa ocorrência. As variáveis básicas para estimação do modelo Logit não foram definidas a priori e sim a posteriori com base em princípios estatísticos para identificar os determinantes da vitimização em Rio Branco em 2023.

Para analisar o modelo foi realizado o teste de multicolinearidade que mostrou que não existe correlação perfeita entre as variáveis. O teste de Wald mostrou que as variáveis são estatisticamente diferentes

de zero, logo os parâmetros impactam na ocorrência da vitimização.

Em relação à classificação do modelo, que considera os acertos das predições o modelo apresentou alto poder de predição, pois cerca de 79% das suas predições estão corretas.

Na Tabela 3 estão descritas as variáveis que impactam positiva ou negativamente na probabilidade de ser vítima de algum crime. O modelo Logit foi ajustado para identificar as variáveis que influenciam a probabilidade de a pessoa sofrer algum crime em Rio Branco.

O sinal negativo mostra que existe uma relação inversa entre a variável e a probabilidade de ser vítima de crime. O sinal positivo evidencia uma relação direta entre a variável e a vitimização.

Tabela 3 – Modelo *Logit* para a determinação da vitimização em Rio Branco

| Variáveis | Parâmetros | Desvio-Padrão | P-valor |
|---------------------|------------|---------------|-----------|
| Confiança na PM | -0,226445 | 0,096011 | 0,0183 ** |
| Gênero | -0,497745 | 0,271538 | 0,0668 * |
| Idade | -0,344731 | 0,101778 | 0,0007*** |
| Local de residência | 5,537461 | 1,03003 | 0,0000*** |
| Intercepto | 0,836117 | 0,459084 | 0,0686 * |
| LR | 163,3207 | | 0,0000*** |
| Predições corretas | 79,20% | | |

***significativo a 1%; **significativo a 5% e *significativo a 10%.

Fonte: resultados da pesquisa (2023)

Com isso, pode-se observar que as variáveis confiança na Polícia Militar, gênero e idade diminuem a probabilidade de ser vítima e a variável local de residência aumenta as chances de a pessoa ser vítima.

Foi realizado o teste de Andrews e Hosmer-Lemeshow que verifica se existe diferença significativa entre o modelo predito e o observado. Neste caso, a não significância do teste mostra que não existem diferenças estatísticas entre os resultados dos modelos, visualizado na Tabela 4, das dez classes em que a amostra foi dividida,

não existem diferenças significativas entre os valores previstos e observados. Portanto, tem-se um indício de que o modelo pode ser usado para estimar a probabilidade de ser vítima de um crime em Rio Branco.

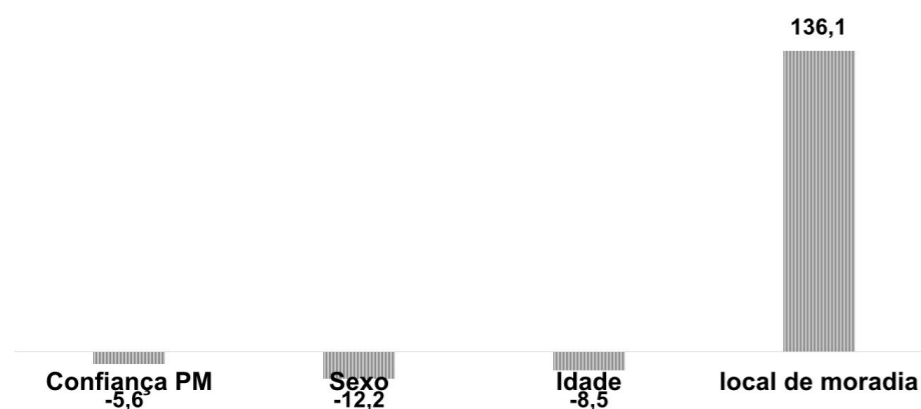
Tabela 4 - Teste de Andrews e Hosmer-Lemeshow do modelo *Logit* para a determinação de vitimização em Rio Branco

| classe de Quantis | Intervalo dos Quantis | | Dep=0 | | Dep=1 | | Obs. Total | Valor H-L |
|-------------------|-----------------------|---------|------------|------------|------------------|------------|------------|----------------|
| | min. | máx. | Atual | Previsto | Atual | Previsto | | |
| 1 | 0,0746 | 0,1171 | 31 | 34,1354 | 7 | 3,8646 | 38 | 2,83179 |
| 2 | 0,11710 | 0,15780 | 34 | 33,4710 | 5 | 5,5290 | 39 | 0,05896 |
| 3 | 0,15780 | 0,18490 | 31 | 31,4663 | 7 | 6,5337 | 38 | 0,04018 |
| 4 | 0,18490 | 0,21980 | 35 | 30,9733 | 4 | 8,0267 | 39 | 2,54357 |
| 5 | 0,22150 | 0,24900 | 29 | 28,8747 | 9 | 9,1253 | 38 | 0,00227 |
| 6 | 0,26300 | 0,29370 | 29 | 28,1838 | 10 | 10,8162 | 39 | 0,08523 |
| 7 | 0,29370 | 0,35950 | 26 | 25,5799 | 12 | 12,4201 | 38 | 0,02111 |
| 8 | 0,35950 | 0,48010 | 21 | 23,1139 | 18 | 15,8861 | 39 | 0,47463 |
| 9 | 0,48010 | 0,98640 | 6 | 58,7519 | 32 | 32,1248 | 38 | 0,00314 |
| 10 | 0,98640 | 1,00000 | 0 | 0,32650 | 39 | 38,6735 | 39 | 0,32926 |
| Total | | | 242 | 242 | 143 | 143 | 385 | 6,39013 |
| H-L Statistic | | | 6,3901 | | Prob, Chi-Sq(8) | | 0,6036 | |
| Andrews Statistic | | | 40,4069 | | Prob, Chi-Sq(10) | | 0,000000 | |

Fonte: resultados da pesquisa (2023).

A partir das variáveis do modelo Logit pode-se estimar os efeitos marginais das variáveis estimadas. Observa-se na Figura 23, que a variável confiança na Polícia Militar reduz o risco de ser vítima em 5,6 pontos percentuais. Em locais onde a polícia está mais presente com policiamento ostensivo a criminalidade é menor. Também deve-se considerar a localidade de ocorrência dos crimes.

Figura 23 – Efeitos marginais das variáveis do modelo Logit da vitimização em Rio Branco – 2023



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

A variável gênero também diminui a probabilidade de ser vítima, caso seja mulher, a redução é de 12,2 p.p. Considerando todas as variáveis, se for homem a probabilidade de ser vítima é de 49,7 p.p., caso seja mulher a probabilidade é de 36,4 p.p. O homem tem maior probabilidade de ser vítima de algum crime em Rio Branco.

A idade também reduz a probabilidade de vitimização em 8,5 p.p. Considerando que o sinal é negativo, quanto mais idade a pessoa tem, menor é a probabilidade de ser vítima. Os crimes que mais ocorreram foram furto e roubo, principalmente celulares, que são usados como moeda de troca por drogas. Os aparelhos dificilmente são recuperados, e muitas vezes as vítimas não denunciam os crimes.

A variável que possui o maior impacto na probabilidade de ser vítima é o local de moradia das pessoas. Como a maioria dos crimes ocorreu no bairro de residência do indivíduo, essa variável aumenta em 136,1 p.p. de probabilidade de a pessoa sofrer algum crime se morar em bairros mais violentos.

As facções criminosas vêm travando uma guerra pelo domínio do tráfico de drogas e outros crimes, com isso têm feito a população refém nessa guerra que parece não ter fim. Em meio a tudo isso, o Estado parece inerte a tanta violência sem um plano de combate eficaz. As políticas de combate à violência no Acre parecem ser apenas

de reação aos atos praticados pelos criminosos, quando deveriam ser de prevenção, atuando nos locais de maior incidência de homicídios e crimes contra o patrimônio.

A redução da criminalidade exige uma política de Estado de longo prazo e em conjunto com as diversas instituições públicas e com a sociedade civil. Longo prazo, porque é necessário que se melhore a educação, aumento de emprego para os jovens, junto com um plano de desenvolvimento regional em que se busque a redução da pobreza e da vulnerabilidade social.

4.2.2.1 Propensão e vulnerabilidade em ser vítima de crime

Em relação à confiança e ao gênero, os homens têm maior probabilidade de ser vítima. Se a pessoa confia na Polícia Militar e for do gênero masculino a probabilidade de ser vítima é de 1,8%. Caso não confie na PM e for homem a probabilidade de sofrer um crime é 32,1%, já as mulheres têm 21,6% de probabilidade de ser vítima, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Propensão à vitimização *versus* Gênero e confiança na Polícia Militar em Rio Branco – Acre

| Confia PM | Gênero masculino | |
|-----------|------------------|------|
| | Sim | Não |
| Sim | 1,8 | 1,1 |
| Não | 32,1 | 21,6 |

Fonte: resultados da pesquisa (2023)

A tabela 6 mostra a propensão e vulnerabilidade a vitimização, considerando as variáveis do modelo Logit. A mulher que mora em bairro onde ocorreu o crime, a probabilidade de ser vítima é de 55,5%. Caso seja homem e more no local onde sofreu a violência, a probabilidade é de 68,3%, se mora em outro bairro a probabilidade é de 71,8%.

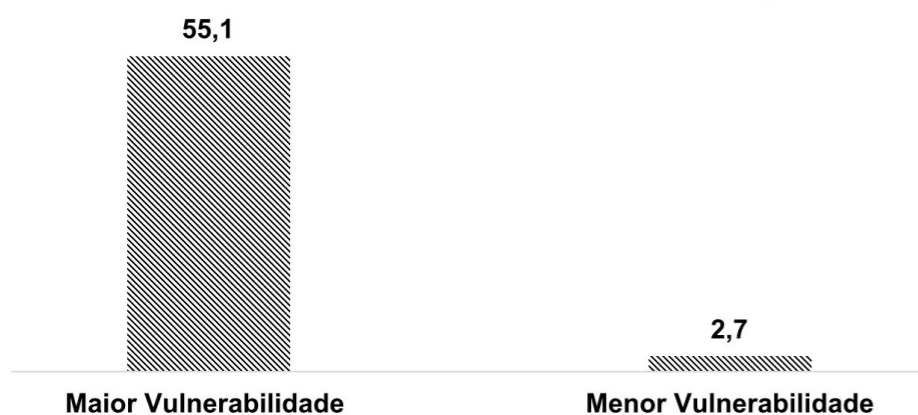
Tabela 6 - Propensão à vitimização *versus* Gênero e confiança na Polícia Militar em Rio Branco – Acre

| Gênero feminino | Local de moradia | |
|-----------------|------------------|------|
| | Sim | não |
| Sim | 55,5 | 59,7 |
| Não | 68,3 | 71,8 |

Fonte: resultados da pesquisa (2023).

A Figura 24 mostra o perfil de maior e menor vulnerabilidade na vitimização em Rio Branco. O perfil de maior vulnerabilidade é ser homem, não confiar na PM, não morar no bairro onde sofreu a violência. O homem tem maior probabilidade de ser vítima longe de casa.

Figura 24 – Perfis com maior e menor vulnerabilidade de vitimização em Rio Branco



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Menor vulnerabilidade: ser mulher, confiar na PM, sofrer o crime no bairro de residência. As mulheres têm maior probabilidade de serem vítimas na regional de sua residência.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa tinha dois objetivos: analisar a percepção de (in) segurança em Rio Branco e analisar os determinantes da vitimização em Rio Branco no período de 2020 a 2022.

Considerando a análise descritiva, os resultados mostraram que o perfil socioeconômico da população entrevistada é negro, possui idade entre 30 e 39 anos. A renda familiar está entre um e dois salários mínimos, com profissão autônoma, com ensino médio, morando em bairros menos desenvolvidos e com média de três pessoas por residência.

Na percepção de segurança, a maioria tem medo das facções, de ser roubado ou furtado e sair à noite. Também está totalmente insatisfeita com a atuação da segurança pública de Rio Branco, por isso não se sentem seguros na cidade.

A confiança nas instituições mostrou que apesar da insatisfação da população em relação à segurança pública, a maioria da população confia na Polícia Civil e Polícia Militar (43,6%), na Polícia Federal (65,5%), no Ministério Público (52,2%), na Defensoria Pública (46,2%), no Tribunal de Justiça (48,8%) e no Corpo de Bombeiros (80,8%). A confiança nas instituições de segurança pública e nas demais instituições é importante para que o indivíduo denuncie o crime, porque as políticas públicas são formuladas com base nesses dados.

A análise da vitimização mostrou que 37,1% dos pesquisados foram vítimas de algum crime entre 2020 e 2022. Das pessoas que sofreram alguma violência, a maioria (61,8%) levou o caso à polícia. Aquelas pessoas que não denunciaram o crime, disseram que não o fizeram porque não valia a pena, e as mulheres que foram vítimas de violência doméstica, 20% não registraram na polícia. A maioria das pessoas foram vítimas de roubo e furto, seguido dos golpes

pela internet, que têm crescido no Estado do Acre. Os crimes eram praticados perto da residência das vítimas, com destaque para as regionais Vila Acre, Baixada e Cadeia Velha.

Em relação às ações que o Estado pode fazer para reduzir a criminalidade, a maioria disse que deveria aumentar o policiamento nas ruas, seguido de mais emprego para as pessoas e ter aplicação rigorosa da lei. O estado também deve investir na melhoria da educação. Pessoas mais qualificadas têm menor probabilidade de entrar na criminalidade.

A pesquisa trouxe também a percepção da população em relação à criminalidade durante a pandemia. A maioria acredita que a violência aumentou em todos os cenários, principalmente, a violência doméstica. Que neste caso, evidenciou que, das mulheres pesquisadas, 11,8% sofreram alguma violência em que seus algozes foram os maridos ou ex-maridos.

A análise econométrica mostrou os determinantes da percepção de segurança em Rio Branco em 2023. As variáveis confiança na Polícia Civil e no Ministério Público aumentam a probabilidade da pessoa se sentir segura em Rio Branco, pois apresenta sinal positivo. As variáveis uso de arma por policial em locais de festa e gênero da pessoa diminuem a sensação de segurança. No caso do gênero, essa percepção de segurança é reduzida se a pessoa for do gênero feminino.

Também foi verificado o perfil de maior e menor probabilidade da pessoa se sentir segura em Rio Branco. Caso seja homem, confie na Polícia Civil e no Ministério Público a percepção de segurança é de 95,5 p.p. Se for mulher, não confia na Polícia Civil e nem no Ministério Público a percepção de segurança é de apenas 5,5 p.p.

O modelo econométrico para a probabilidade de ser vítima de algum crime em Rio Branco mostrou que as variáveis confiança na Polícia Militar, gênero da pessoa e a idade reduzem a probabilidade de ser vítima de violência. Nesta situação a mulher tem maior probabilidade de ser vítima em comparação com o homem. A idade mostra que quanto mais velha a pessoa, menor a probabilidade de ela ser vítima da criminalidade, logo, as pessoas mais jovens estão mais vulneráveis ao crime.

O perfil de vulnerabilidade mostra quem tem maiores chances de sofrer violência. Ser homem, não confiar na PM, não morar no bairro onde sofreu a violência é o perfil de maior vulnerabilidade. Ser mulher, confiar na PM e ser vítima de crime no bairro de residência é o perfil de menor vulnerabilidade.

Esta pesquisa pretende contribuir com políticas públicas que busquem reduzir a criminalidade. Com isso, sugere-se que seja criado um sistema integrado entre a Polícia Civil, Ministério Público e os tribunais e comarcas do estado para saber se o que foi denunciado, foi transformado em processo e posteriormente foi julgado. A grande crítica da população é que as denúncias não são levadas aos juízes, ficando apenas como boletins de ocorrências.

Também é preciso pensar em uma atuação preventiva, e não apenas repressiva dos órgãos públicos que buscam reduzir a criminalidade no Estado. A gravidade da situação requer união de esforços, com a polícia ostensiva intensificando as rondas nos bairros mais violentos, do Ministério Público e do poder judiciário com campanhas de conscientização para os jovens de que o crime não compensa.

A ideia de que os criminosos são vítimas da sociedade não pode mais ser usada como argumento para a prática criminosa, pois a grande maioria das pessoas que estão no crime, o fazem não para satisfazer suas necessidades fisiológicas de sobrevivência, mas para ter status e pelo lucro obtido pelo crime. Considerando que a grande maioria da população brasileira é pobre ou está abaixo da linha da pobreza, esse não é um fator determinante para entrar no crime.

O combate à criminalidade começa com os três pilares de sustentação do indivíduo: educação, família e religião. Educação porque quanto maior o nível de escolaridade da pessoa, maior será o salário dela, isso faz com que o custo de entrar na criminalidade fique maior. A família, porque pessoas com uma família estruturada e respeito aos pais têm mais dificuldade de ir para a vida criminosa. A religião, porque as pessoas que acreditam em algo superior a elas tendem a pensar antes de fazer algo errado.

Por fim, sugere-se que seja feita uma campanha para a conscientização dos jovens de que o crime não compensa, mostrando que eles são apenas usados pelas facções. O fim de um faccionado é a morte, pois eles não podem sair depois que entram em uma organização criminosa.

REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em números 2017. Rio Branco, 2017. Disponível em: <http://www.ac.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2019.

AGNEW, R. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. **Criminology**, v. 30, n. 1, p. 47-87, 1992.

AGNEW, R.; WHITE, H. R. An empirical test of general strain theory. **Criminology**, v. 30, n. 4, p. 475-499, 2001.

AMARAL, Josineide Aquino da Silva. **Determinantes da entrada das mulheres no tráfico de drogas**: um estudo para o Acre (Brasil). 2019. 149 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/Brasil, 2019.

BASQUES JÚNIOR, Messias Moreira e ADORNO, Sérgio. Identificação e medida da taxa de impunidade penal, município de São Paulo, 1991-1997. 2004, **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2004.

BECKER, Gary S. Crime and punishment: An economic approach. **Journal of political economy**, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968.

CARDOSO, G. R.; SEIBEL, N. J.; MONTEIRO, F.M.; RIBEIRO, E. A. Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 7, n. 2, 2013.

COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio. Segurança pública. **Crime, polícia e justiça no Brasil**, 2014.

ENTORF, H.; SPENGLER, H. Socioeconomic and demographic factors of crime in Germany: evidence from panel data of the German states. **International Review of Law and Economics**, v. 20, p. 75-106, 2000.

FERRAZ, H. G. Uma introdução à teoria da associação diferencial: origens, atualidades, críticas e repercussões no direito penal econômico. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, ano 19, n. 30, 1-27, ago./dez., 2015.

FÁVERO, L.; P. BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública de 2014 a 2017. Edição especial 2018, Rio Janeiro, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública de 2022. Rio Janeiro, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. **Vitimização**: sensação de segurança 2021. Rio de Janeiro, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios Contínua – PNAD**. Taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. SIS 2010: mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e tem menos filhos. **Agência IBGE de notícias**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da violência 2018**: políticas públicas e retrato dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180614_atlas_2018_retratos_dos_municipios.pdf.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: pea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf.

JUSTUS, M.; KAHN, T.; KAWAMURA, H. Income and repeat criminal victimization in Brazil. In: **Proceedings of the 41th Brazilian Economics Meeting e ANPEC**. 2014.

KAHN, T. Crescimento econômico e criminalidade: uma interpretação da queda dos crimes e aumento no Norte/Nordeste. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo v. 7, n. 1, 152-164, 2013.

MATSUEDA, R. L. Testing control theory and differential association: a causal modeling approach. **American Sociological Review**, v. 47, p. 489-504, august 1982.

MATSUEDA, R. L. The current state of differential association theory. **Crime & Delinquency**, v. 34, n. 3, p. 277-306, July 1988.

MATSUEDA, R. L. Reflected appraisals, parental labeling, and delinquent behavior: specifying a symbolic interactionist theory. **American Journal of Sociology**, v. 97, p. 1577-1611, 1992.

MATSUEDA, R. L. Differential social organization, collective action, and crime. **Crime, Law, and Social Change**, v. 46, p. 3-33, 2006.

MERTON, R. K. Social structure and anomie. **American Sociological Review**, p. 37-45, 1938.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS – MJSP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Estudos sobre vitimização**. Brasília, 2017. 295 p.

MPSC. MINISTÉRIO PÚBLICO SANTA CATARINA. **Programa tutela difusa da segurança pública**. Florianópolis, 2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MOREIRA, G. C. **Dois ensaios em economia do crime**. 2017. 62 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NORTH, D. C. “Institutions”. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 5, nº 1, p. 97-112, 1991.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**. São Paulo: Editora Método, 2003

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; **Cultura Acadêmica**, 2009. 233 p.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Econometria: modelos e previsões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SANTOS, M. J. D.; SCORZAFAVE, L. G. Underreporting of property crimes: an empirical economic analysis. **Economic Analysis of Law Review**, Brasília (DF), v. 5, n. 2, p. 271-284, 2014.

Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR). **Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil**. Brasília, 2023.

SILVA, R. G.; ALENCAR, J. J. “Os iguais matam os iguais” e a insegurança em Rio Branco. Rio Branco: Editora do Próprio Autor, 2018. 51 p.

SILVA, G. F.; CAMINHA, D. A. “A confiança nas instituições democráticas – vitimização por crimes violentos e confiança específica na polícia”. 32º Encontro Anual da Anpocs, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos avançados**, v. 20, p. 91-106, 2006.

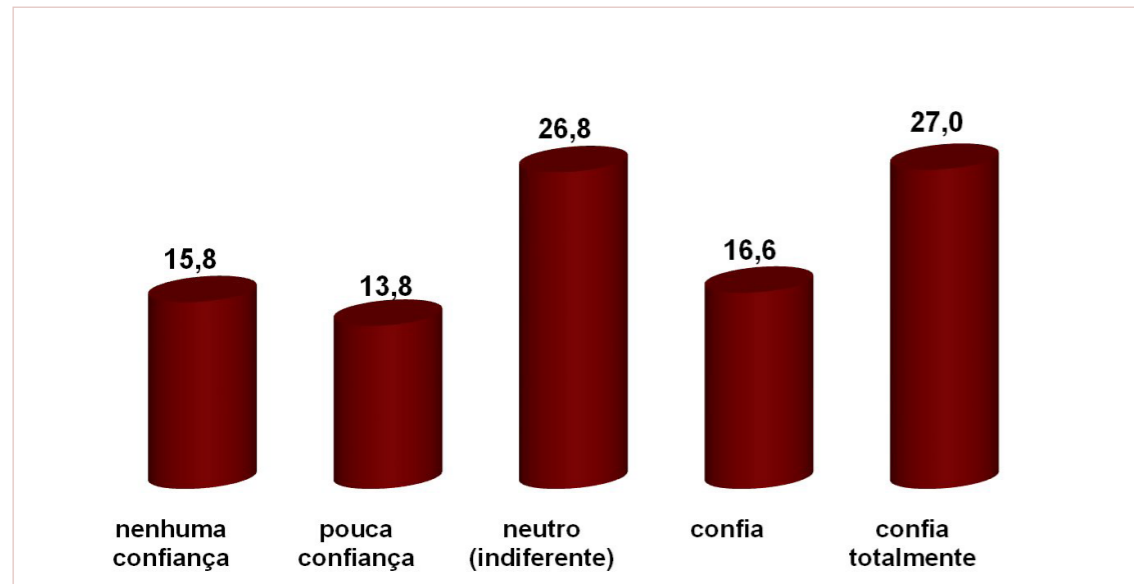
SUTHERLAND, E. H. A criminalidade de colarinho branco. **Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 93-103, 2014.

SUTHERLAND, E. H. **Principles of criminology**. 11 ed. New York: General Hall, 1992. (The Reynolds Series in Sociology).

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

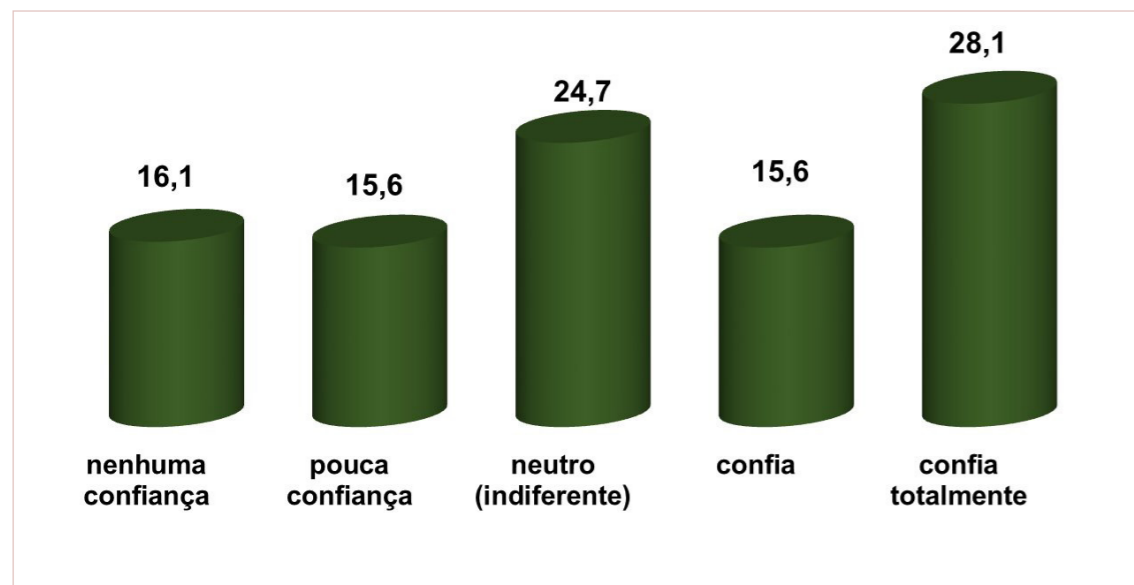
APÊNDICE

Figura A.1 – Nível de confiança da população na Polícia Civil do Acre



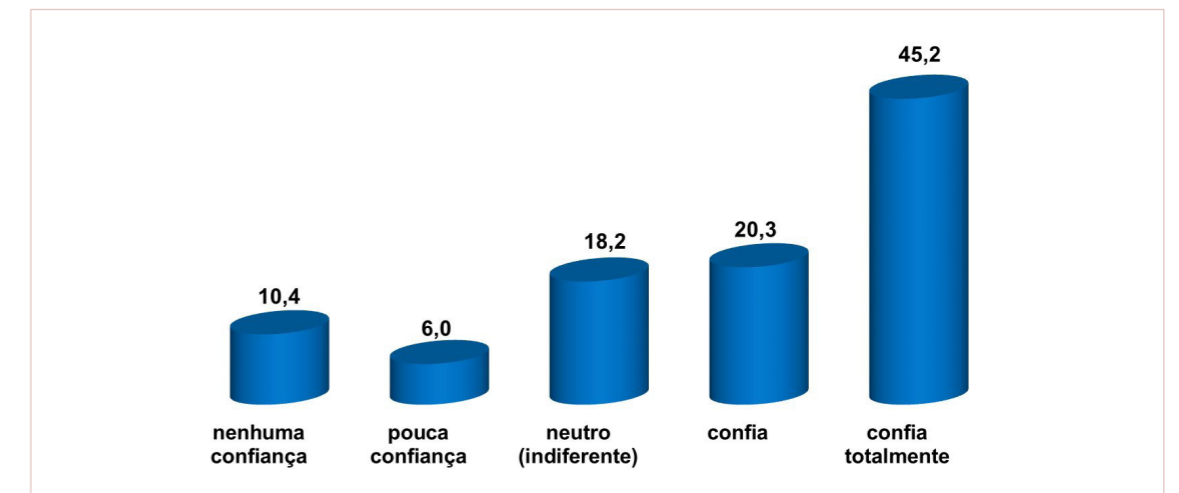
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.2 – Nível de confiança da população na Polícia Militar do Acre



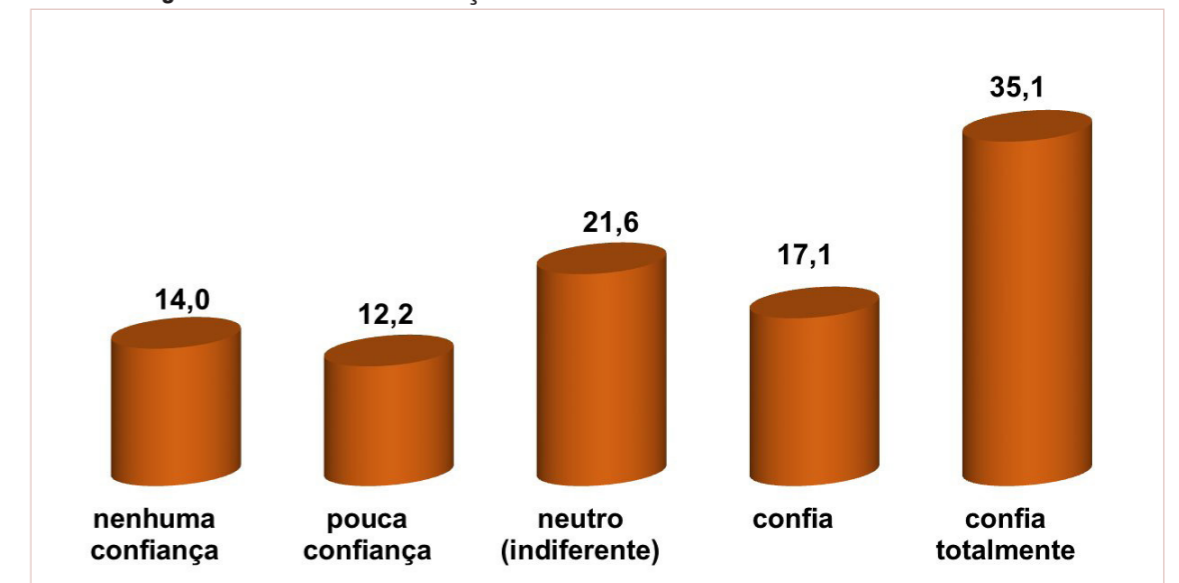
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.3 – Nível de confiança da população na Polícia Federal



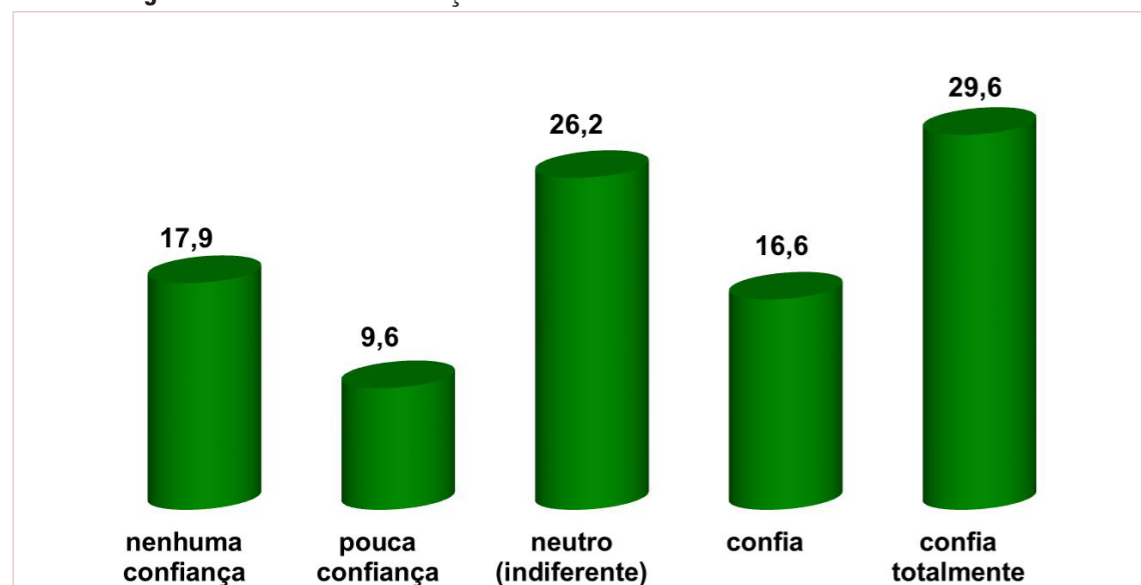
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.4 – Nível de confiança no Ministério Público do Acre



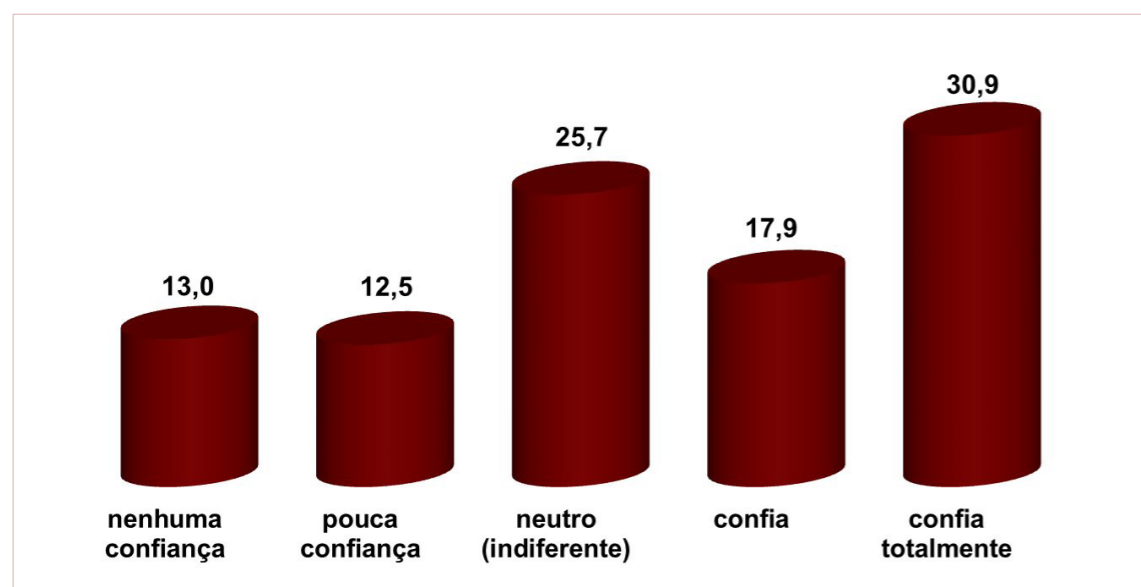
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.5 – Nível de confiança na Defensoria Pública do Acre



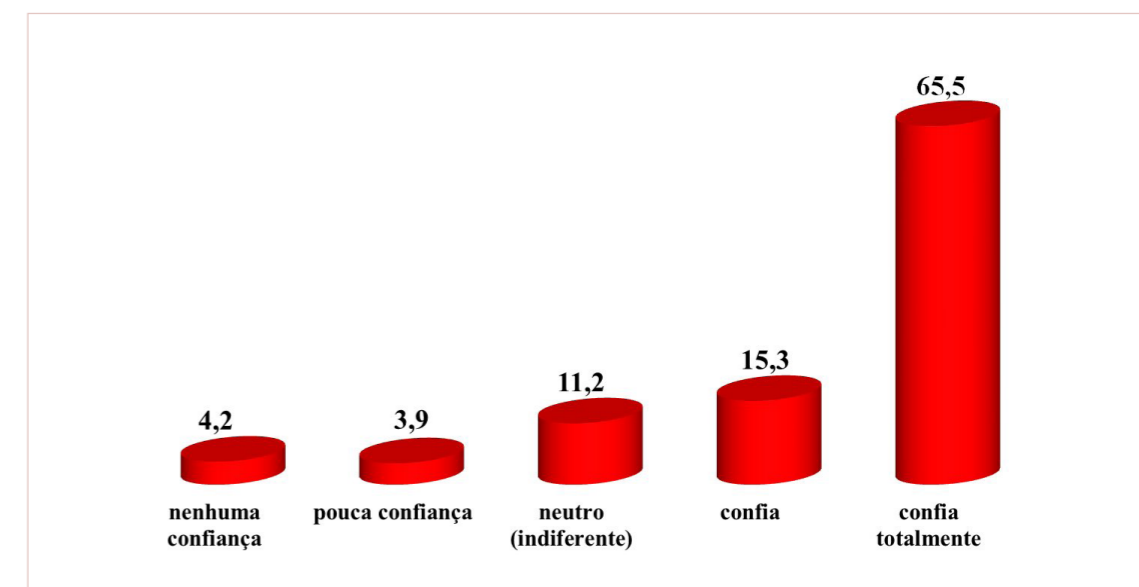
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.6 – Nível de confiança no Tribunal de Justiça do Acre



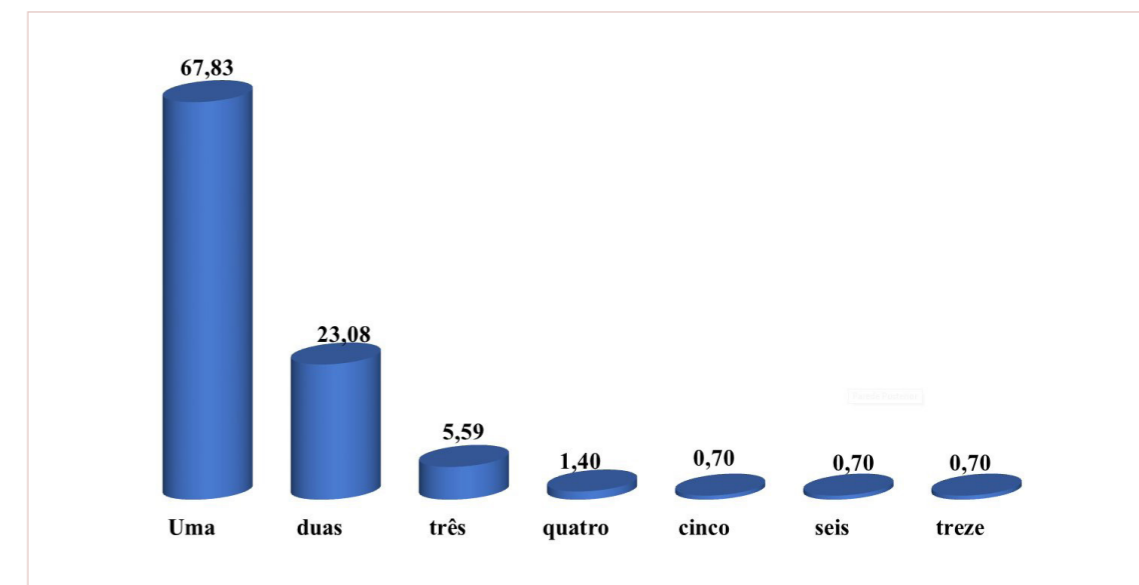
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.7 – Nível de confiança no Corpo de Bombeiros do Acre



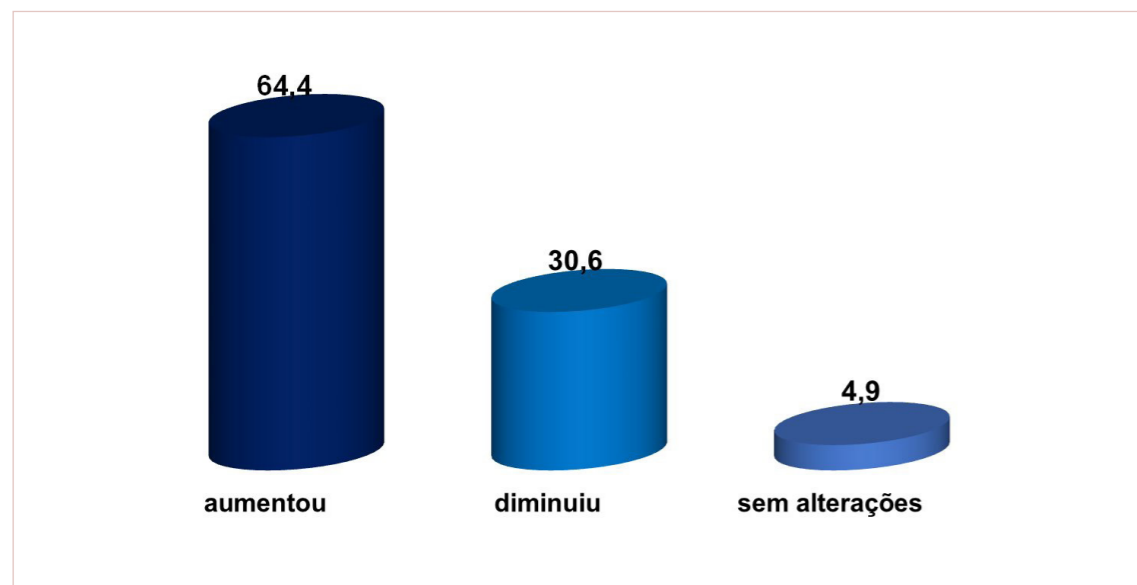
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.8 – número de vezes que uma pessoa foi vítima de crime



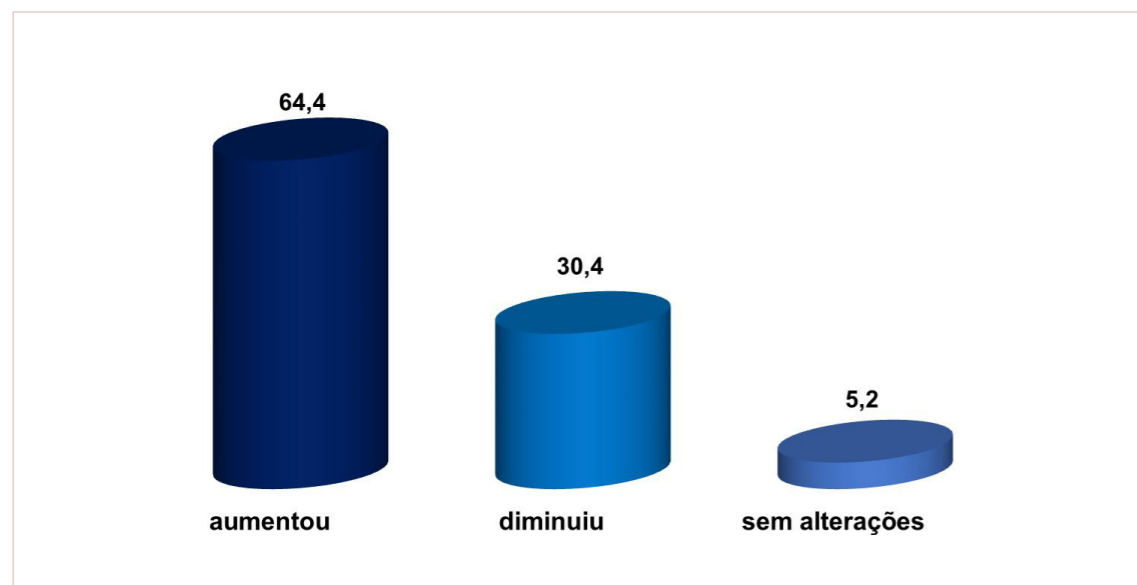
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.9 – Percepção da criminalidade geral no período da pandemia



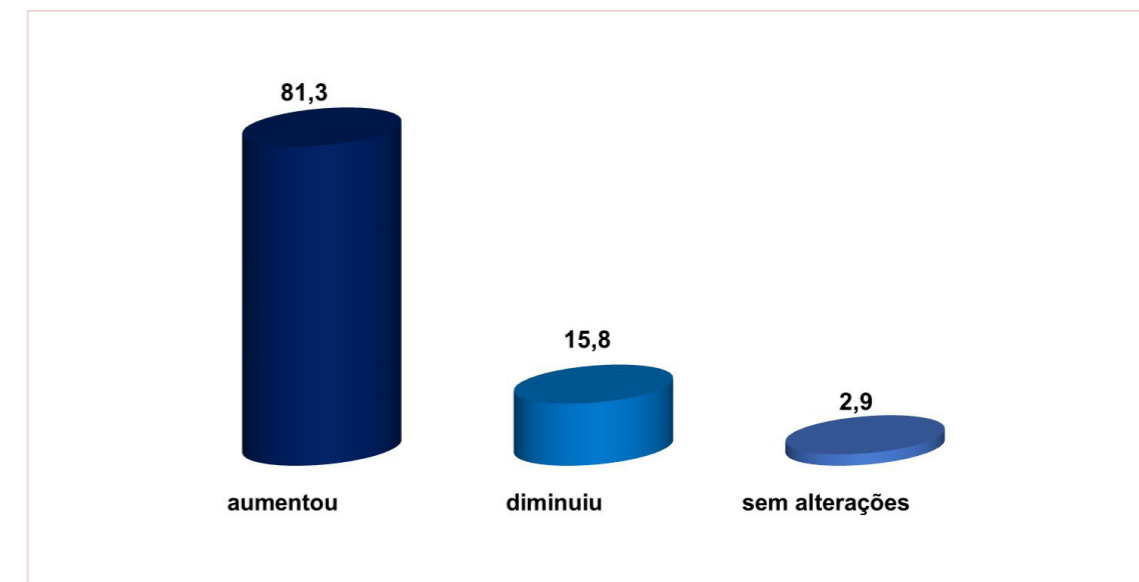
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.10 Percepção da criminalidade nas ruas no período da pandemia



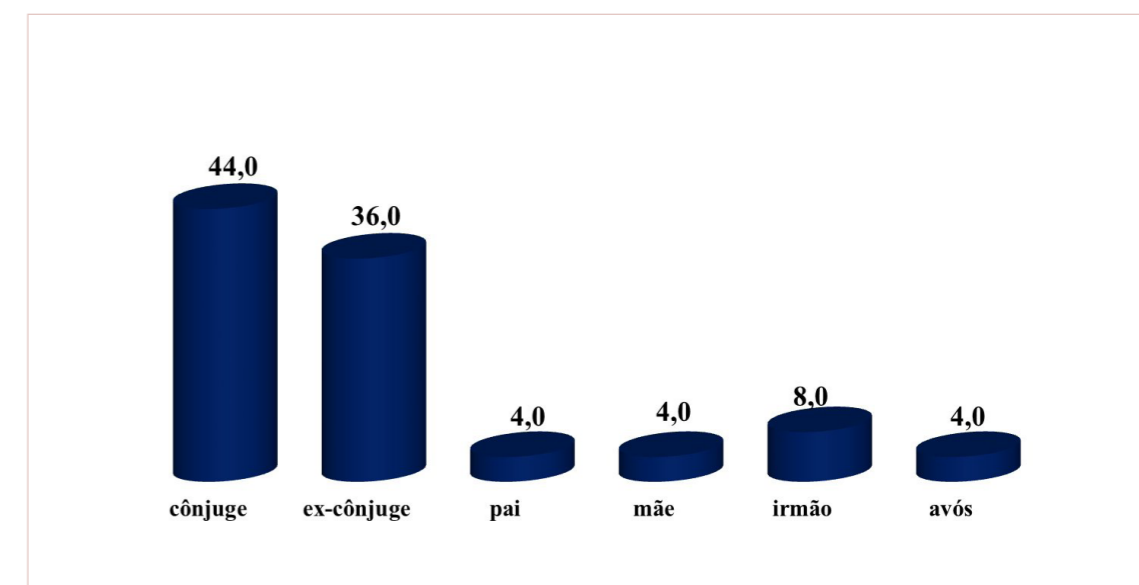
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.11 – Percepção da violência familiar em Rio Branco no período da pandemia



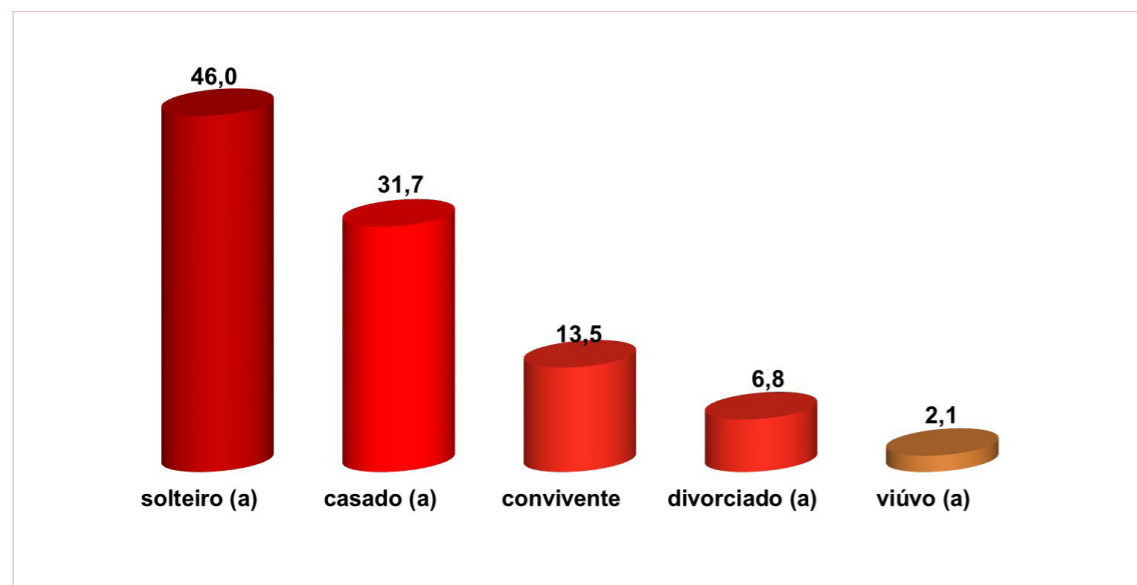
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.12 – Praticantes da violência familiar contra mulheres em Rio Branco



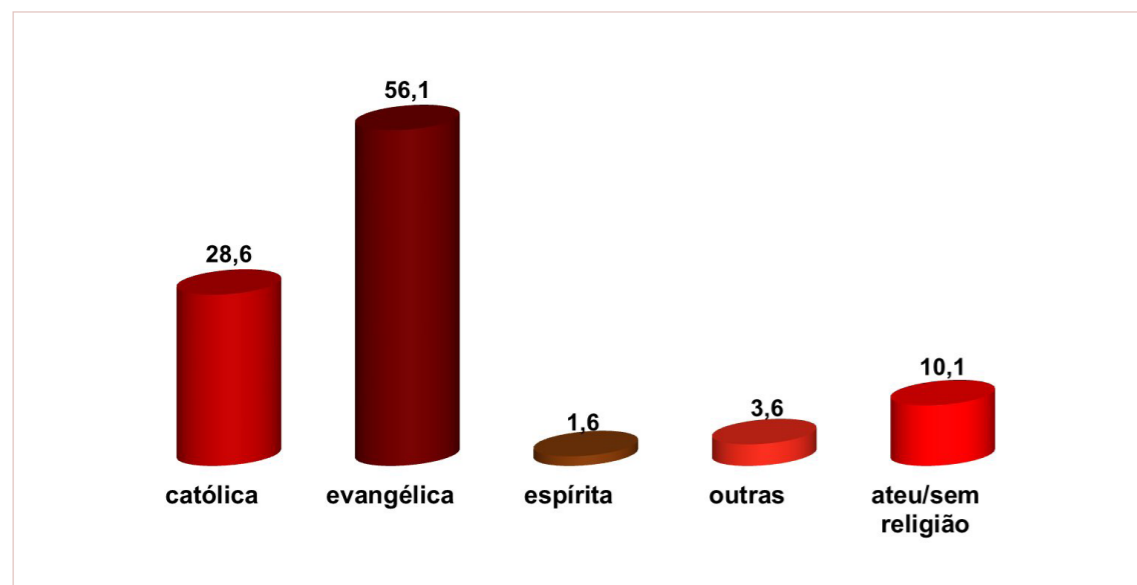
Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.13 – Estado civil dos entrevistados



Fonte: resultado da pesquisa (2023).

Figura A.14 – Religião dos entrevistados



Fonte: resultado da pesquisa (2023).

PERCEPÇÃO DE (IN)SEGURANÇA DA POPULAÇÃO NA CIDADE DE RIO BRANCO – ACRE ENTRE 2019 E 2022 GRÁFICOS E ANÁLISE DOS DADOS



Acesse o arquivo pelo qr code

